



000001

J

PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA
Governo do Estado do ESPÍRITO SANTO

CAPA



78538139142017

Tipo, Espécie, Número e Ano

Processo, REQUERIMENTO Nº 001488/2017 - Externo

Data e Hora de Abertura

12/04/2017 15:30:47

Requerente

A EMPRESA AVANCI & AZEVEDO LTDA

Detalhamento

RECURSO ADMINISTRATIVO



DEPES & FONSECA
ADVOCACIA

Igor Vinícius Fonseca - OAB/ES 17.349

Maria Melo Depes - OAB/ES 21.321

nnnn02

f

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO – SETOR DE LICITAÇÕES / PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA - ES

Edital de Concorrência nº 006/2017
Processo nº 002603/2016

RECURSO ADMINISTRATIVO

RELATIVO À CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA SELEÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA OBRAS DE INFRAESTRUTURA (PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM) NO DISTRITO DE SÃO JOÃO DO PRÍNCIPE, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE IÚNA-ES.

AVANCI & AZEVEDO CONSTRUTORA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.885.510/0001-72, com sede na Rua José Nunes Sobrinho, nº 100, Bairro Alto União, Cachoeiro de Itapemirim-ES, CEP: 29.315-010, através de seu procurador, com procuração *ad judicium* anexa, outorgada pelo representante legal credenciado que também é sócio/proprietário da empresa, vem mui respeitosamente à presença dessa Diretoria e da Comissão Julgadora, irresignada com a r. decisão proferida em relatório de julgamento prolatada no dia 06 de abril do corrente ano, que **INABILITOU** esta empresa recorrente, que ora interpõe **RECURSO ADMINISTRATIVO**, dentro do prazo legal e com fundamento no artigo 109, inciso I, letra “a” da Lei Federal nº 8.666/93, e item 12.2.1, letra a), desde já requerendo seja recebido também no **efeito suspensivo**, nos termos do parágrafo 2º, do citado artigo da Lei, fazendo-o com objetivo de reconsideração da decisão, para declará-la CLASSIFICADA/HABILITADA, pelas razões de fato e de direito a seguir esposadas:

1. Houve por bem a D. Comissão Julgadora em DESCLASSIFICAR a recorrente sob as equivocadas conclusões de: "não consta em seu CNPJ e no Contrato Social o CNAE para execução dos serviços", ou seja, por "**não comprovação de capacidade operacional**". Entretanto, razão não lhe assiste, como cabalmente restará demonstrado.

2. Importante frisar que todos os itens do Edital foram devidamente cumpridos pela Recorrente, não se sustentando, com a devida vênia, a sua desclassificação, a qual, certamente será objeto de reconsideração, a fim de respeitar-se a lei, o edital e, principalmente, **o interesse do Município**.

COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL **APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS PERTINENTES**

3. Importante dizer, antes do mérito da discussão quanto ao atendimento do Edital pelos atestados acostados pela recorrente, *que a comprovação da qualificação técnica* nos certames, deve respeitar certas limitações, pelas quais, os atestados apresentados, por si só, garantiriam a CLASSIFICAÇÃO da recorrente, mesmo que, supostamente a decisão da D. Comissão fosse acertada.

4. Tais limitações se dão por força da lei e dos entendimentos dos Tribunais de Contas, os quais nos permitimos transcrever, iniciando-se pelo artigo 37, da Constituição Federal.

5. O inciso XXI, do artigo 37, dispõe:

Artigo 37 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

...

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamentos, **mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.** (Grifo Nosso)

6. Tal artigo incorpora **um princípio de natureza restritiva para a CLASSIFICAÇÃO**, só pode o processo de licitação exigir documentos que comprovem a qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, isto é, que signifiquem certeza de que o contrato será bem e fielmente cumprido, e essa certeza, a recorrente traz, bastando observar-se o histórico de sua atuação na Certidão de Acervo Técnico, emitida pelo CREA/ES no tocante à profissional (Engenheiro Civil), funcionário desta empresa Licitante, comprovando a efetiva realização de serviços senão IDÊNTICAS ao do objeto do Edital n° 006/2017, no mínimo semelhantes. E frise-se, passíveis de enquadramento perfeito aos ditames editalícios.

7. No mesmo sentido o conceituado **Hely Lopes Meirelles**, afirma categoricamente que, além da relacionada comprovação da idoneidade jurídica, técnica e financeira dos concorrentes, nenhuma outra documentação deverá ser exigida na fase de CLASSIFICAÇÃO, *“pois que o legislador empregou deliberadamente o advérbio **“exclusivamente”**, para impedir que a Administração, por excesso de cautela ou vício burocrático, condicione a CLASSIFICAÇÃO dos licitantes à apresentação de documentos inúteis e dispendiosos”*.

8. Por sua vez, a **SÚMULA n.º 24** do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que diz:

“Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II do artigo 30 da lei federal n.º 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim considerados 50 a 60 % da execução pretendida, ou outro percentual que venha a ser devida e tecnicamente justificado.” (Grifo Nosso).

9. Ainda, a **SÚMULA n.º 30** do mesmo Tribunal, diz:

“Em procedimento licitatório, para aferição da capacidade técnica, poderão ser exigidos atestados de execução de obras e/ou serviços de forma genérica, ficando vedado o estabelecimento de apresentação de prova de experiência anterior em atividade específica, como realização de

rodovias, edificação de presídios, de escolas, de hospitais e outros itens". (Grifo Nosso)

10. Merece destaque o artigo 30, da Lei de Licitações, que disciplinando a matéria, prevê:

Artigo 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

[...] § 1º. A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos.

11. Com base no regramento legal o ilustre professor Fernão Justen de Oliveira, sobre o assunto, diz: **"A experiência anterior que revela a qualificação técnica do licitante não é ter prestado objeto idêntico ao licitado, mas sim comprovar experiência com características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação".**

12. Acompanhando tais posicionamentos, recente matéria do site CONTAS ABERTAS informou que no Rio Grande do Sul, o entendimento é que, além de tornar o mercado pouco competitivo, a obrigatoriedade da capacidade técnico-operacional também abre brechas a subcontratação de serviços, aumentando o custo para a administração pública. Por tal razão, o TCE gaúcho, através de decisão no processo **TP-0511/2009** determinou que prefeituras e governo do estado parem de exigir das empresas o atestado comprobatório de experiência anterior semelhante ao objeto da licitação. O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) também partilha do mesmo juízo.

13. Nesse esteio, aliás, é controle JUDICIAL efetuado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul/TJRS:

“ (...) 2.3 – Pública e notoriamente, tal não é o caso da contratação de empresa para prestação de serviços de elaboração, aplicação e correção de exame teóricotécnico para habilitação de condutores de veículos automotores, haja vista o Edital, dentre os requisitos da *habilitação* do certamista, exigir declaração de que dispõe, para a execução do contrato, de instalações, pessoal qualificado e aparelhamento técnico, bem assim atestados de *capacidade técnica*, **emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado relativos à execução de serviços similares de complexidade equivalente ou superior.**” (TJRS – Apelação nº 70028145514 – Des. Rel. Irineu Mariani – Data de Julgamento: 03/05/2009)”

14. Aplicando-se, então o Princípio da Natureza Restritiva da CLASSIFICAÇÃO, cumulado com as normas legais mencionadas, e adotando-se o posicionamento do Tribunal de Contas, sem falar da Doutrina, **a decisão de não CLASSIFICAÇÃO/INABILITAÇÃO da recorrente perde sustentabilidade, não encontra respaldo legal, e, como tal, merece ser reformada**, sendo exatamente o que se requer.

15. Em apertada síntese, mesmo que no Edital estejam inseridas exigências quanto a capacidade técnica, **ESTAS FORAM OBSERVADAS E COMPROVADAS IN TOTUM POR ESTA LICITANTE** (vide CAT, emitida pelo CREA/ES), e ainda que não fossem, não poderiam ser excludentes da participação no certame, eis que deve ser respeitada a limitação dessas mesmas exigências, permitindo-se a participação do maior número possível de licitantes, em benefício do próprio ente municipal.

16. Por outro lado, para que dúvidas não parem quanto a validade do atestado, há de se dizer que conforme descrito no corpo deste, **foram executados OS MESMOS SERVIÇOS EXIGIDOS NO ÍTEM 5.1.2, III do Edital nº 006/2017.** Bastando uma simples olhadela na CAT e no item, para que se conclua pela verossímil e cristalina adequação desta empresa licitante, o que FATALMENTE a habilitaria de plano no presente certame.

17. O Edital em seu item 5.1.2, III), determinou a descrição dos serviços de infraestrutura exigidos em parcelas e quantitativos, com a capacidade técnica do profissional, sendo este, engenheiro civil. E assim foi religiosamente cumprido por esta recorrente, quando assim o fez, no que pertine ao funcionário interno e

nnnnn7
f

engenheiro civil Sr. Rodrigo Hemerly Dezan, tudo na estrita observância do edital e inclusive ao item 5.1.2.2, que preleciona:

“Os atestados de capacidade técnica podem ser substituídos pela apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitido pelo CREA.”

18. Inclusive, é de bom alvitre registrar, que NÃO HÁ no corpo editalício qualquer menção a exigência crua, motivado da inabilitação desta recorrente, qual seja: *“ausência de CNAE no CNPJ e no Contrato Social para a execução dos serviços pretendidos”*.

19. Ademais, no Contrato Social desta empresa licitante/recorrente, encontra-se SIM, de forma hialina, o código de atividade (CNAE) 4330/4-99, tendo como atividade: *“Obras de manutenção de encostas, asfaltamento, reboco e calagem.”*. O que por si só credencia esta recorrente à Habilitação que lhe foi ceifada inadvertidamente até o presente ato.

20. Ainda neste limiar, importante elucidar, que no item 5.1.4 do Edital em comento, temos as regulamentações necessárias para REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA de cada ente licitante, e ao analisar detidamente vossos incisos, não foi possível localizar as exigências supervenientemente exigidas e já esposadas no item 18 deste petítório. Motivo pelo qual, constata-se em mais esta oportunidade, o despropósito da respeitável Ata de Julgamento, que declarara inabilitada esta recorrente.

20. Ora, nobres julgadores, de posse da documentação acostada por esta recorrente, no que pertine à CAT nº 00934/2016, certificando a execução de obras relativas à pavimentações, drenagens e esgotos, realizada junto à Licitação no Município de Muqui-ES, resta patente, que o profissional técnico da AVANCI possui as aptidões técnicas apropriadas para o objeto deste edital.

21. Portanto, se não há lacuna na documentação acostada, em plena conformidade com edital, e ainda que houvesse, seria por demais supressora do tão ambicionado PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE, bem como constata-se a aptidão técnica com engenheiro civil vinculado a esta recorrente, questiona-se: COM QUAL FUNDAMENTO LEGAL E JURÍDICO, A INABILITAÇÃO DESTA EMPRESA LICITANTE PODERÁ SE SUSTENTAR?

22. Percebe-se que a documentação apresentada evidencia a aptidão da Licitante, ora Recorrente, para a execução dos serviços, ora objetos desta licitação, e isto é irrefutável!

23. Contudo, houve por bem esse D. Comissão, inabilitar a Recorrente sob os fundamentos já fartamente supra expostos.

24. Trata-se, com o devido respeito, de uma decisão/suposição TERATOLÓGICA que vai de encontro com o PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE, pois acaba por excluir do procedimento licitatório, uma licitante com plena capacidade técnica para a execução dos serviços, ora objeto desta licitação.

25. **Ora, se em muitas licitações têm se admitido atestados de serviços similares ao do objeto da licitação, justamente para efetivar o princípio da competitividade, pois assim estar-se-á assegurando uma maior participação de licitantes com capacidade técnica, o que se dirá do caso sob comento, que se, não de maneira expressa, mas, ao menos, implícita, atesta a aptidão da Licitante para o serviço específico desta licitação.**

26. O conjunto denominado ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA é composto pelo atestado propriamente dito e pela CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO expedida pelo CREA/ES, único órgão competente para atestar a efetiva participação de empresas e profissionais dentro das atividades relacionadas na CAT.

27. No que tange aos atestados apresentados, há de se dizer que atendem integralmente ao Edital, se analisados, como deveriam, *em conjunto* com as CERTIDÕES DE ACERVO TÉCNICO.

28. Em suma, os atestados atendem integralmente às necessidades técnicas que a capacitam a continuar participando do certame, eis que demonstrada sua capacidade para a prestação integral dos serviços licitados.

29. Desta feita, não se olvide que a avaliação dos Atestados deve sempre levar em consideração as limitações estabelecidas na própria Constituição Federal, e ainda nas Súmulas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, os quais defendem a prova relativa de tal capacidade.

30. **Além do mais, forçosamente, queremos acreditar em um possível erro material, quando a justificativa para a inabilitação desta recorrente fora tão seca e crua (ausência de CNAE relativa às atividades, no CNPJ e Contrato**

Social da empresa), a ponto de não encontrar respaldo no Edital que dirime as regras desta licitação.

31. **E se não forem suficientes as alegações acima para assegurar a reforma da decisão querreada, ainda poder-se-ia dizer que deve ser respeitada a limitação de exigências, como já dito anteriormente, em garantia aos princípios norteadores da Administração Pública, entre eles, o PRINCÍPIO da RAZOABILIDADE, da COMPETITIVIDADE, da LIVRE CONCORRÊNCIA e da SELETIVIDADE, entre outros.**

32. A capacitação técnica da recorrente está cabalmente demonstrada, e, nesse sentido, outro não pode ser o entendimento da Comissão Julgadora, que não o da reconsideração da r. decisão, declarando a recorrente HABILITADA, prosseguindo-se, assim, no certame.

33. Não obstante o cumprimento integral ao quanto disposto no Edital, de forma arbitrária a Comissão, não considerando estes postulados, aqui defendidos e explicitados, houve por bem em desclassificar esta empresa licitante.

34. Outrossim, este mesmo conjunto de documentos (atestados), foram apresentados para a empresa e profissionais, não sendo pontuada em nenhum deles.

35. O vínculo ao instrumento licitatório (Edital), deve permear as regras de bom senso e aos princípios norteadores do instituto LICITAÇÃO, que por si só é matéria a ser estudada em doutrinas próprias, e que uma faculdade inteira não seria capaz de exaurir o assunto em tela.

36. A Comissão ao inabilitar esta recorrente, escora-se em requisito extremamente formal, mesmo ciente de que preteritamente a AVANCI & AZEVEDO CONSTRUTORA já possui ampla experiência nas obras necessárias ao objeto licitatório, com comprovação documental inclusive.

37. **Assim, com espeque nas explanações acima transcritas, deve a Comissão Permanente de Licitação, fazendo uso do bom senso e dos ditames legais, sopesar suas considerações pretéritas e de forma escorreita reformar seu *decisum*, no escopo elevado que acreditamos ser inerente aos seus honrados membros.**

38. Nesta toada, conforme amplamente narrado nesta peça de irresignação, atendem as solicitações do Edital, toda a documentação juntada oportunamente, sendo de rigor a classificação desta Recorrente.

CONCLUSÃO

39. Com a costumeira vênia e ressaltando o notável saber técnico dos membros da Comissão Julgadora e dos demais analistas que participaram do apoio a mesma, não podemos nos curvar à r. decisão que **DESCCLASSIFICOU/INABILITOU** esta Recorrente, eis que pelas razões deste recurso, restou cabalmente demonstrado que todas as condições do Edital foram correta e oportunamente atendidas, pelo que **REQUER** a reforma da decisão, **reconsiderando-a e dando por CLASSIFICADA A RECORRENTE**, fazendo-se assim prevalecer as normas legais, os princípios de direito e a mais lúdima e cristalina JUSTIÇA!!!

REQUERIMENTO FINAL

40. Todavia, se por ventura, ainda assim, não seja reconsiderada a decisão ora guerreada, requer a remessa do Recurso à apreciação da autoridade hierarquicamente superior, para os fins de direito, conforme prevê o parágrafo 4º do artigo 109 da Lei Federal 8.666/93, como também poderemos fazer uso da prerrogativa constante no parágrafo 1º do artigo 113 da supracitada Lei. Requerimentos estes que se faz por respeito ao princípio legal, pois temos absoluta convicção que não se farão necessários.

Termos em que,
Pede e Aguarda Deferimento.

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 11 de abril de 2017.

AVANCI & AZEVEDO CONSTRUTORA LTDA – EPP
Igor Vinicius Fonseca de Souza – Advogado
OAB/ES-17.349 (Procuração Anexa)

PROCURAÇÃO

nnnn11
+

OUTORGANTE:

AVANCI & AZEVEDO CONSTRUTORA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.885.510/0001-72, situada na Rua José Nunes Sobrinho, nº 100, Bairro Alto União, Cachoeiro de Itapemirim-ES, CEP: 29.315-010, nomeia e constitui como seus procuradores,

OUTORGADOS:

Dr. IGOR VINÍCIUS FONSECA DE SOUZA, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/ES sob o nº 17.349, em nome de quem serão realizadas as intimações e notificações e **Dr^a. MARIA MELO DEPES**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/ES sob o nº 21.321, ambos com escritório profissional na Rua Coronel Francisco Braga n. 75, Centro, Ed. Itapuã, Sala 1103, Cachoeiro de Itapemirim – ES, CEP 29.300.220, para fins do artigo 39, do CPC, outorgando-lhes,

PODERES: Confere(m) amplos poderes para o Foro em geral (cláusula “*ad judicia et extra*”), para atuar em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, representar o(a) outorgante junto aos órgãos públicos municipais, estaduais e federais podendo para tanto, assinar, firmar compromissos, prestar declarações, transigir, acordar, discordar, receber e dar quitação, pagar, exigir quitação, recorrer, variar, contestar, reclamar, requerer/receber (mandado de pagamento/alvarás judicial e de qualquer natureza nominal ao Outorgante), requerer e assinar termos, renúncia e desistência, ratificar e pedir homologação de termos ou partilhas em Juízo ou fora dele, podendo assinar tudo o mais que se fizer necessário para o bom e fiel cumprimento deste mandato, cuja outorga de poderes está absolutamente restrito a finalidade de cumprimento do presente mandato; podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reserva de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso. Devendo todas intimações, notificações e ou citações, serem realizadas em nome do Dr. Igor Vinícius Fonseca de Souza, OAB/ES 17.349, sob pena de nulidade.

Cachoeiro de Itapemirim - ES, 08 de dezembro de 2016.



AVANCI & AZEVEDO CONSTRUTORA LTDA - EPP

CNPJ Nº: 12.885.510/0001-72

nnnn12
1/3

AVANCI & AZEVEDO CONSTRUTORA LTDA
CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO

ANTONIEL AVANCI LEAL, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 05.03.1982, natural de Cachoeiro de Itapemirim - ES, residente e domiciliado na Rua José Nunes Sobrinho, n.º 102, Bairro Alto União, Município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, CEP 29315-010, portador da Carteira de Identidade n.º 1.549.466, expedida pela SPTC-ES e do CPF (MF) 097.664.437-18, com empresa inscrita na Junta Comercial do Espírito Santo sob o NIRE 32800160386 e no CNPJ sob n.º 12.885.510/0001-72, fazendo uso do que permite o §3º do art. 968 da Lei 10.406/2002, ora transforma seu registro de **EMPRESÁRIO** em **SOCIEDADE EMPRESÁRIA**, uma vez que admitiu a sócia **JAQUELINE DE AZEVEDO GOMES LEAL**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, empresária, nascida em 23.03.1984, natural de Cachoeiro de Itapemirim - ES residente e domiciliada a Rua José Nunes Sobrinho, n.º 102, Bairro Alto União, Município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, CEP 29315-010, portadora da Carteira de Identidade n.º 3.183.451, expedida pela SPTC-ES e do CPF (MF) 096.409.857-16, passando a constituir o tipo jurídico **SOCIEDADE LIMITADA**, a qual se regerá, doravante, pelo presente **CONTRATO SOCIAL** ao qual se obrigam mutuamente todos os sócios:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade girará em torno do nome empresarial: **AVANCI & AZEVEDO CONSTRUTORA LTDA**, e terá sede na Rua José Nunes Sobrinho, nº 100, Bairro Alto União, Município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, CEP 29.315-010, por tempo indeterminado, iniciando suas atividades a partir do arquivamento do Contrato Social.

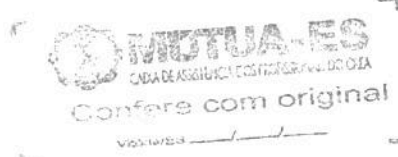
CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade tem por objeto:

Código Atividade	Descrição de Atividade Econômica
8211/3-00	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo;
4120/4-00	Construção de edifícios;
4321/5-00	Instalação e manutenção elétrica;
4322/3-01	Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás;
4330/4-99	Obras de manutenção de encostas, asfaltamento, reboco e calagem.

CLÁUSULA TERCEIRA - O capital social, que antes era de R\$ 30.000,00 (trinta mil) reais, já totalmente integralizados, é neste ato, aumentado para R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma e será constituído da seguinte forma:

- O sócio **Antonieli Avanci Leal** subscreve 95.000 (noventa e cinco mil) quotas, divididas em 4 (quatro) parcelas iguais, de forma a integralizar a 1ª (primeira) parcela de 23.750 (vinte e três mil setecentos e cinquenta) quotas neste ato, em moeda corrente no País, a 2ª (segunda) parcela de 23.750 quotas até 28.08.2014, a 3ª (terceira) parcela de 23.750 quotas até 28.08.2015 e a 4ª (quarta) parcela de 23.750 quotas até 28.08.2016, todas em moeda corrente do País, perfazendo o total de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais);
- A sócia **Jaqueline de Azevedo Gomes Leal** subscreve 5.000 (cinco mil) quotas e as integraliza neste ato, em moeda corrente no País, perfazendo o total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR	PERCENTUAL
Antonieli Avanci Leal	95.000	R\$ 95.000,00	95%
Jaqueline de Azevedo Gomes Leal	5.000	R\$ 5.000,00	5%
TOTAIS	100.000	R\$ 100.000,00	100%



Handwritten signatures of the parties involved in the contract.

nnnn13
+
2/3

AVANCI & AZEVEDO CONSTRUTORA LTDA
CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO

CLÁUSULA QUARTA - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA QUINTA - As quotas são indivisíveis e livremente transferíveis entre os sócios; fora isto, o sócio que pretender aliená-las a terceiros, deve comunicar por escrito aos demais cotistas dessa intenção, indicando preços e condições. Se dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da data da comunicação com prova de recebimento, o ofertante não receber resposta dos demais quotistas, ficará liberado para negociá-las com terceiros.

CLÁUSULA SEXTA - A sociedade terá duração por prazo indeterminado.

CLÁUSULA SÉTIMA - A administração da sociedade será exercida pelos sócios **Antoniél Avanci Leal** e **Jaqueline de Azevedo Gomes Leal**, sendo a eles atribuído todo poder de administração e autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumirem obrigações seja em favor do outro quotista ou de terceiros bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA OITAVA - Ao termino de cada exercício. Anualmente, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico. Os lucros ou prejuízos serão distribuídos, reaplicados ou suportados pelos sócios na proporção de suas cotas.

CLÁUSULA NONA - Nos 04 (quatro) meses seguintes ao termino do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA - A sociedade poderá a qualquer tempo abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - Os sócios administradores poderão de comum acordo fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - Os sócios, por força da lei 10.406 de 10/01/2002, artigo 1.011 § 1º, declaram, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesses destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação aos seus sócios.

nnnn14
f

AVANCI & AZEVEDO CONSTRUTORA LTDA
CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - Ao presente contrato social aplicam-se supletivamente, no que couberem, as disposições legais da Lei da Sociedade por Ações (Lei n.º 6.404/76) nos termos do parágrafo único do artigo 1.053 do Código Civil (Lei n.º 10.406/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - As deliberações sociais serão tomadas através de reunião de sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - A sociedade poderá designar administradores não sócios de acordo com o artigo 1061 do Código Civil (Lei n.º 10.406/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA-SETIMA - A sociedade não fará a convocação dos sócios para as reuniões através a imprensa e não elaborará ata de reuniões.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA - Para dirimir dúvidas e resolver os conflitos oriundos deste instrumento, os sócios elegem o foro da comarca de Cachoeiro de Itapemirim – ES, renunciando a qualquer outro privilegiado que possa ser.

E, por estarem de pleno e comum acordo, assinam o presente instrumento.

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 28 de agosto de 2013.

Antoniél Avanci Leal

Antoniél Avanci Leal
097.664.437-18

Jaqueline de Azevedo Gomes Leal

Jaqueline de Azevedo Gomes Leal
096.409.857-16

JUCEES
JUNTA COMERCIAL DO EST. ESP. SANTO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 12/09/2013 SOB Nº: 32201720198
Protocolo: 13/092409-1, DE 03/09/2013
AVANCI & AZEVEDO CONSTRUTORA
LTDA
PAULO CEZAR JUFFO
SECRETARIO-GERAL

J

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO
CONTRATUAL DE Nº 02 (DOIS)**

ANTONIEL AVANCI LEAL, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 05.03.1982, natural de Cachoeiro de Itapemirim - ES, residente e domiciliado na Rua José Nunes Sobrinho, n.º 102, Bairro Alto União, Município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, CEP 29315-010, portador da Carteira de Identidade n.º 1.549.466, expedida pela SPTC-ES e do CPF (MF) 097.664.437-18, e **JAQUELINE DE AZEVEDO GOMES LEAL**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, empresária, nascida em 23.03.1984, natural de Cachoeiro de Itapemirim - ES residente e domiciliada a Rua José Nunes Sobrinho, n.º 102, Bairro Alto União, Município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, CEP 29315-010, portadora da Carteira de Identidade n.º 3.183.451, expedida pela SPTC-ES e do CPF (MF) 096.409.857-16; únicos sócios da sociedade empresarial denominada "**AVANCI & AZEVEDO CONSTRUTORA LTDA ME**", com sede a Rua José Nunes Sobrinho, nº 100, Bairro Alto União, CEP 29315-010, em Cachoeiro de Itapemirim - ES, registrada na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo sob nº. 32201720198 por despacho de 12/09/2013, inscrita no CNPJ nº 12.885.510/0001-72, resolvem alterar seu Contrato Social e alterações nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O capital social de R\$ 100.000,00, já totalmente integralizado, é aumentado para R\$ 390.000,00, dividido em 390.000 (Trezentos e Noventa Mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, cujo aumento é integralizado, nesta data, em moeda corrente do País, assim distribuído:

ANTONIEL AVANCI LEAL	95%	370.500 QUOTAS	R\$ 370.500,00
JAQUELINE DE AZEVEDO GOMES LEAL	5%	19.500 QUOTAS	R\$ 19.500,00
TOTAL	100%	390.000 QUOTAS	R\$ 390.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA:

A administração da sociedade será exercida conjuntamente ou separadamente pelos sócios **ANTONIEL AVANCI LEAL** e **JAQUELINE DE AZEVEDO GOMES LEAL** com poderes e atribuições de representação ativa e passiva da sociedade, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, no uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer quotista ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Ratificam-se as demais cláusulas do Contrato Social originário e Alterações, não modificadas por este instrumento.

000011
J

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em via única.


Cachoeiro de Itapemirim – ES, 08 de Outubro de 2015.


ANTONIEL AVANCI LEAL
CPF: 097.664.437-18

1º OFÍCIO DE NOTAS

x Jaqueline de A. Gomes Leal
JAQUELINE DE AZEVEDO GOMES LEAL
CPF: 096.409.857-16

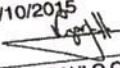
1º OFÍCIO DE NOTAS

 CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
Rua 25 de Março, 70 - Centro - Cachoeiro de Itapemirim-ES - CEP 29300-100
Fone/Fax: (28) 3522-9896 - Tabelião: Jerusa Oliveira Ornelas

Reconheço por semelhança as firmas: ANTONIEL AVANCI LEAL, JAQUELINE DE AZEVEDO GOMES LEAL. *****
Em Test. 12 da verdade, 28 de outubro de 2015
Rogério Ribeiro Braido - Escrevente *rub*
Selc Digital: 158573.LDI1513.02343
Consulte autenticidade em www.t.jee.jus.br :: FLIXZ1655
Emolumentos: R\$ 6.54 Encargos: R\$ 1.97 Total: R\$ 8.51

Cartório do 1º Ofício de Notas

 JUNTA COMERCIAL DO EST. ESP. SANTO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 29/10/2015 SOB Nº: 20156838370
Protocolo: 15/683837-0, DE 28/10/2015
Empresa: 32 2 0172019 8
AVANCI & AZEVEDO CONSTRUTORA
LTDA - ME


PAULO CEZAR JUFFO
SECRETARIO-GERAL





Presidência da República
 Secretaria da Micro e Pequena Empresa
 Secretaria de Racionalização e Simplificação
 Departamento de Registro Empresarial e Integração

Nº DO PROTOCOLO (Uso do órgão de registro JUCEES) 000017

15/683837-0



Matrícula(da sede ou da filial quando a sede for em outra UF) 32201720198	CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA 2062	Nº DE MATRICULA DO AGENTE AUXILIAR DO COMÉRCIO
--	-------------------------------------	--

ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Requerimento: 8150000332554
 DBE analisado.
 Emitida em 08/10/2015 - V3

NOME: AVANCI & AZEVEDO CONSTRUTORA LTDA - ME
 Requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato.

Nº DE VIAS	CÓD. ATO	CÓD. EVENTO	QTD.	DESCRIÇÃO DO ATO/EVENTO
0	002			ALTERAÇÃO
		021	1	Alteracao de Dados (Exceto Nome Empresarial)

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
 08/10/2015

Representante Legal da Empresa/Agente Auxiliar do Comércio:
 Nome: ANTONIEL AVANCI LEAL
 Assinatura: *[Handwritten Signature]*
 Telefone de contato: (28)35180250

DECISÃO SINGULAR DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s)
 SIM NÃO

Processo em ordem.
 A decisão.
 Data: ____/____/____
 Responsável: _____

DECISÃO SINGULAR

JUCEES
 JUNTA COMERCIAL DO EST. ESP. SANTO
 CERTIFICO O REGISTRO EM: 29/10/2015 SOB Nº: 20156838370
 Protocolo: 15/683837-0, DE 28/10/2015
 Empresa: 32 2 0172019 8
 AVANCI & AZEVEDO CONSTRUTORA LTDA - ME
 PAULO CEZAR JUFFO SECRETARIO-GERAL

Processo em exigência (Vide despacho em folha anexa) 1ª Exigência 2ª Exigência 3ª Exigência 4ª Exigência 5ª Exigência

Processo deferido. Publique-se e *29.10.15*

Processo indeferido.

DECISÃO COLEGIADA

Processo em exigência (Vide despacho em folha anexa) 2ª Exigência 3ª Exigência 4ª Exigência 5ª Exigência

Processo deferido. Publique-se e *Sandro Zorzetti*
Analista de Registro Empresarial

Processo indeferido.

Data: ____/____/____ Vogal: _____ Vogal: _____ Vogal: _____
 Presidente da Turma: _____

OBSERVAÇÕES:



Junta Comercial do Estado do Espírito Santo
 Certifico o Registro em 29/10/2015
 Arquivamento de 28/10/2015 Protocolo 156838370 de 28/10/2015
 Nome da empresa AVANCI & AZEVEDO CONSTRUTORA LTDA - ME NIRE 32201720198
 Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucees.es.gov.br/tax.juntaes/TELAVALIDADOCS.aspx>
 Chancela 11272534078082
 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/11/2015
 por Paulo Cezar Juffo - Secretário Geral

03/11/2015





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

nnnn18
f

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Espírito Santo

CÓDIGO DE ACESSO
ES.18.56.83.50 - 12.885.510.000.172

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação) AVANCI & AZEVEDO CONSTRUTORA LTDA - ME	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 12.885.510/0001-72
---	---

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

222 Enquadramento/Reenquadramento/Desenquadramento de ME/EPP - 07/10/2015
247-Alteração de capital social--07/10/2015
Quadro de Sócios e Administradores-- QSA

03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

FCPJ QSA

04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO	CPF DO PREPOSTO
------------------	-----------------

05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

Responsável Preposto

NOME
ANTONIEL AVANCI LEAL

CPF
097.664.437-18

LOCAL E DATA
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES 28/10/2015

ASSINATURA (com firma reconhecida)

06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

Cartório
Escritório

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
Rua 25 de Março, 70 - Centro - Cachoeiro de Itapemirim-ES - CEP 29300-100
Fone/Fax: (28) 3522-9896 - Tabelião: Jerusa Oliveira Ornelas

Reconheço por semelhança a firma: ANTONIEL AVANCI LEAL.

Em Test. de verdade: 28 de outubro de 2015

Rosario Ribeiro Braido - Escrivente

Selo Digital: 158573.LDI1513.02341

Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br :: RYX5H3CPMU

Emolumentos: R\$ 4.21 Encargos: R\$ 1.26 Total: R\$ 5.47

07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO DA UNIDADE CADASTRADORA

DEFIRO

Em 29/10/15

Davi Albino Lamacena Junior
Técnico de Registro Empresarial

1º OFÍCIO DE NOTAS

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011

<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/fcpj/dbe.asp>

07/10/2015



Junta Comercial do Estado do Espírito Santo

03/11/2015

Certifico o Registro em 29/10/2015
Arquivamento de 28/10/2015 Protocolo 156838370 de 28/10/2015
Nome da empresa AVANCI & AZEVEDO CONSTRUTORA LTDA - ME NIRE 32201720198
Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucees.es.gov.br/tax.juntaes/TELAVALIDADOCS.aspx>
Chancela 11272534078082
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/11/2015
por Paulo Cezar Juffo - Secretário Geral

DECLARAÇÃO DE REENQUADRAMENTO DE ME PARA EPP

A Sociedade AVANCI & AZEVEDO CONSTRUTORA LTDA - ME registrado na Junta Comercial em 18/11/2010, NIRE: 32201720198, CNPJ: 12885510000172, estabelecida na(o) RUA JOSE NUNES SOBRINHO, 100, ALTO UNIAO, CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, ES, CEP 29.315-010, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da lei, que se reenquadra da condição de MICROEMPRESA PARA EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Código do ato: 307

Descrição do Ato: Reenquadramento de MICROEMPRESA COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, 8 de outubro de 2015:


Sócio: ANTONIEL AVANCI LEAL

1º OFÍCIO DE NOTAS


Sócio: JAQUELINE DE AZEVEDO GOMES LEAL

1º OFÍCIO DE NOTAS

Para uso exclusivo da Junta Comercial

DEFERIDO EM 29/10/15


Sandro Zorzanelli Coelho
Analista do Registro Empresarial

JUNTA COMERCIAL DO EST. ESP. SANTO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 29/10/2015 SOB Nº: 20156838362
Protocolo: 15/683836-2, DE 28/10/2015

Empresa: 32 2 0172019 8
AVANCI & AZEVEDO CONSTRUTORA
LTDA - EPP

PAULO CEZAR JUFFO
SECRETARIO-GERAL

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
Rua 25 de Março, 70 - Centro - Cachoeiro de Itapemirim-ES - CEP 29300-100
Fone/Fax: (28) 3522-9896 - Telex: Jerusa Oliveira Ornelas

Reconhecido por semelhança as firmas: ANTONIEL AVANCI LEAL, JAQUELINE DE AZEVEDO GOMES LEAL.
Em Teste de verdade. 28 de outubro de 2015
Roberto Ribeiro Braido - Escrevente
Selo Digital: 150573.L011513.02344
Consulte autenticidade em www.t.jes.jus.br :: 56PR26DN9P
Emolumentos: R\$ 4,88 Encargos: R\$ 1,42 Total: R\$ 6,88

Requerimento: 81500000332554

Junta Comercial do Estado do Espírito Santo

03/11/2015

Certifico o Registro em 29/10/2015

Arquivamento de 28/10/2015 Protocolo 156838362 de 28/10/2015

Nome da empresa AVANCI & AZEVEDO CONSTRUTORA LTDA - ME NIRE 32201720198

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucees.es.gov.br/tax.juntaes/TELAVALIDADAOCS.aspx>

Chancela 11272140728320

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/11/2015

por Paulo Cezar Juffo - Secretário Geral



Presidência da República
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

Nº DO PROTOCOLO (Uso do órgão de registro JUCEES)

15/683836-2

000020

Matrícula(da sede ou da filial quando a sede for em outra UF) 32201720198	CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA 2062	Nº DE MATRÍCULA DO AGENTE AUXILIAR DO COMÉRCIO
--	-------------------------------------	--



ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Requerimento: 8150000332554
 DBE analisado.
 Emitida em 08/10/2015 - V3

NOME: AVANCI & AZEVEDO CONSTRUTORA LTDA - ME
 Requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓD. ATO	CÓD. EVENTO	QTD	DESCRIÇÃO DO ATO/EVENTO
0	307	307		REENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA COMO EMPRESA DE

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
 08/10/2015

Representante Legal da Empresa/Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: ANTONIEL AVANCI LEAL

Assinatura: *[Assinatura]*

Telefone de contato: (28)35180250

DECISÃO SINGULAR

DECISÃO COLEGIADA

N (s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s)

SIM

SIM

Processo em ordem.
 À decisão.

NÃO



JUNTA COMERCIAL DO EST. ESP. SANTO
 CERTIFICO O REGISTRO EM: 29/10/2015 SOB Nº: 20156838362
 Protocolo: 15/683836-2, DE 28/10/2015

Empresa: 32 2 0172019 8
 AVANCI & AZEVEDO CONSTRUTORA
 LTDA - EPP

[Assinatura]
 PAULO CEZAR JUFFO
 SECRETARIO-GERAL

vel

Responsável

DECISÃO SINGULAR

- Processo em exigência
(Vide despacho em folha anexa)
- Processo deferido. Publique-se e
- Processo indeferido.

cia 5º Exigência

DECISÃO COLEGIADA

- Processo em exigência
(Vide despacho em folha anexa)
- Processo deferido. Publique-se e
- Processo indeferido.

2º Exigência 3º Exigência 4º Exigência 5º Exigência

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da Turma

OBSERVAÇÕES:



Junta Comercial do Estado do Espírito Santo

Certifico o Registro em 29/10/2015
 Arquivamento de 28/10/2015 Protocolo 156838362 de 28/10/2015
 Nome da empresa AVANCI & AZEVEDO CONSTRUTORA LTDA - ME NIRE 32201720198
 Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucees.es.gov.br/tax.juntaes/TELAVALIDADOCOS.aspx>
 Chancela 11272140728320
 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/11/2015
 por Paulo Cezar Juffo - Secretário Geral

03/11/2015



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

nnnn21
f

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.885.510/0001-72 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 18/11/2010
NOME EMPRESARIAL AVANCI & AZEVEDO CONSTRUTORA LTDA - EPP		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AVANCI CONSTRUTORA		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 41.20-4-00 - Construção de edifícios 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás 43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R JOSE NUNES SOBRINHO	NÚMERO 100	COMPLEMENTO
CEP 29.315-010	BAIRRO/DISTRITO ALTO UNIAO	MUNICÍPIO CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
UF ES	ENDEREÇO ELETRÔNICO AVANCICONSTRUTORA@HOTMAIL.COM	TELEFONE (28) 9915-9819
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/11/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 29/03/2017 às 10:06:35 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



nnnnn?

f

SERVIÇOS EIRELI e CONSTRUENG EIRELI – EPP com relação a autenticação de documentos, simples utilizando cópia fiel e autenticada de cartório pela Comissão no Ato do Certame, esta Comissão realizou diligência junto ao Dr. San Martim Donato Roosevelt, Procurador Geral do município que nos orientou a proceder com notificação a empresa convocando a mesma para apresentação dos documentos originais para averiguação junto as cópias anexadas ao processo, baseado no Art. 43, Parágrafo 3º da Lei 8.666/93; com referência ao questionamento feito da Empresa AVANCI E AZEVENDO CONSTRUTORA LTDA EPP, a mesma foi inabilitada por não apresentar em seu CNPJ e Contrato Social o CNAE para execução do serviço; com referência ao questionamento feito a Empresa D&G PROJETOS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, referente a apresentação do balanço patrimonial incompleto, esta Comissão realizou diligência junto ao Sr. Leonardo Sales de Castro, Contador Municipal, onde o mesmo informou que a folha do ativo circulante não foi apresentada, mas este fato não trouxe prejuízo a realização do cálculo, pois a constatação dos índices de liquidez geral, solvência geral e liquidez corrente, foram realizados há época do balanço patrimonial e registrada na junta comercial do Estado conforme folha 493 dos autos. Em relação aos questionamentos realizado pelo representante da empresa ENGETECH – ENGENHARIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI as empresas que apresentaram a Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da Comarca em que estiver sediado o licitante, esta Comissão optou em aceitar as certidões apresentadas conforme orientação do Dr. San Martim Donato Roosevelt, Procurador Geral do município, haja vista, que as certidões apresentadas abrangem a comarca do licitante e todo o estado; Com referência aos questionamentos feitos as Empresas ELITE CONSTRUTORA EIRELI, D&G PROJETOS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, GG CONSTRUTORA PRÉ-MOLDADOS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA – ME ITALO ENGENHARIA DE CONSTRUÇÕES, TECNOLOGIA E GEOTÉCNICA LTDA – EPP com relação a qualificação técnica foi analisada pelo Sr. Dênis Antônio de Oliveira, Engenheiro Civil, onde o mesmo habilitou as empresas supracitada. Com referência aos questionamentos feitos a Empresa REIS MAGOS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA – ME, esta comissão optou por inabilita-la, após constatação de que o CRQ jurídico se encontra vencido e o CNPJ incompleto. Em relação aos questionamentos realizado pelo representante da empresa GG CONSTRUTORA PRÉ-MOLDADOS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL SERVIÇOS E


Robson



o Edital não solicita tal documentação. Fica as empresas ENGETECH – ENGENHARIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI e CONSTRUENG EIRELI – EPP, notificadas a apresentarem no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a documentação original como segue: empresa ENGETECH – Atestados de Capacidade Técnica do contrato 55/2011; ART de Obras e Serviços nº0820110040155; Certidão de Acervo Técnico nº04513/2007; Atestado de Execução de Serviços e planilhas da empresa Vibron Engenharia e Comércio Ltda – Rio das Ostras/RJ; Balanço Patrimonial; Índice de Liquidez. Empresa CONSTRUENG – Contrato de Prestação de Serviços com o Sr. Alex Fabrício Cassa Guizzardi, para averiguação da Comissão Permanente de Licitação. Abre-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para eventual interposição de recurso por parte das licitantes. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada às 16h e 41min. e lavrada a presente ata, que lida e aprovada, vai assinada por todos os presentes.


ANA MARIA MOREIRA COTE AMURIM
PRESIDENTE DA CPL


MARCOS ANTÔNIO RAMOS
MEMBRO DA CPL


ROBSON GONÇALVES DA SILVA
MEMBRO DA CPL



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

nnnnn?4
+

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO PARCIAL - CAT Nº 000934/2016
(Obra / Serviço em Andamento)

Processo Nº: 161525 / 2016
Requerente...: **RODRIGO HEMERLY DEZAN**
Carteira Nº...: **ES-005880/D**
Título.....: **ENGENHEIRO CIVIL**

Nº de Folhas: 002

Folha Nº: 1

CERTIFICAMOS, de ordem do senhor Presidente do CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, que o profissional acima qualificado, procedeu a(s) ANOTAÇÃO(ÕES) DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-ART, constantes do presente certificado, tendo comprovado a efetiva realização dos serviços de acordo com a Resolução Nº 1025/2009 do CONFEA.

Esta certidão é para fins de Cadastramento e Licitação. E nada mais tendo sido requerido, Eu ELIANA PEREIRA RODRIGUES, TÉCNICO(A) DE SERVIÇOS OPERACIONAIS, lavrei e datei a presente Certidão, que vai por mim assinada, e devidamente visada pelo(a) Supervisor de Acervo do Crea/ES, Engº Eletricista ERNANI DE CASTRO GAMA, por delegação da Presidência do CREA - ES

Vitória, 28 de Julho de 2016.

Eliana Pereira Rodrigues
Téc. de Serv. Operacionais
Mat. 152 - CREA-ES

Eng. Elet. Seg. Tipo Ernani de Castro Gama
Supervisor / Acervo Técnico
CREA-ES 3092/D

A presente CERTIDÃO tem validade permanente
Válida somente com a chancela do CONSELHO



nnnnn25
J

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO PARCIAL - CAT Nº 000934/2016

(Obra / Serviço em Andamento)

Profissional: **RODRIGO HEMERLY DEZAN**

Protocolo Nº:

161525 / 2016

Carteira.....: **ES-005880/D**

Título(s) :

ENGENHEIRO CIVIL

ART Nº: 0820160048030

Empresa Executora: AVANCI & AZEVEDO CONSTRUTORA LTDA - EPP

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI / ES

Local da Obra: RUAS A E C; TRAVESSIA LAUDEGARIO S. P.; RUA FLAUSINO FERNAND

Município: MUQUI

UF: ES

Atividades Técnicas:

B.1 - EXECUÇÃO DE OBRA

-----xxxx-----xxxx-----xxxx-----

Natureza da Participação:

RESPONSABILIDADE TÉCNICA

-----xxxx-----xxxx-----xxxx-----

Nível da Participação:

EXECUÇÃO

-----xxxx-----xxxx-----xxxx-----

Natureza da Obra/Serviço:

SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

-----xxxx-----xxxx-----xxxx-----

Tipo de Obra:

OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS

-----xxxx-----xxxx-----xxxx-----

Projetos/Serviços:

NENHUM

-----xxxx-----xxxx-----xxxx-----

Resumo do Contrato:

EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÕES, DRENAGENS E ESGOTOS, LOCALIDADES DE STA. RITA (RUAS A E C), TRAVESSIA LAUDEGARIO SOARES PEIXOTO E RUA FLAUSINO FERNANDES, BAIRRO SÃO PEDRO, MUQUI, ES, CONFORME CONTRATO 102/2016.

---xxx --- xxx --- xxx--- xxx---

Documento de Conclusão:

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA PARCIAL, EXPEDIDO PELA CONTRATANTE EM 06/07/2016, ASSINADO POR ALUISIO FILGUEIRAS - PREFEITO MUNICIPAL DE MUQUI E ARQUITETO URBANISTA DANIEL AFONSO COSTA SANCHES, CERTIFICADO POR ESTE CONSELHO (RESTRITO AOS SERVIÇOS EXECUTADOS NO PERÍODO DE 08/04/2016 A 06/07/2016 - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 102/2016), ---xxx --- xxx --- xxx--- xxx---

RESTRIÇÕES :

Não há restrições

Atestado Certificado com aposição de selo(s) de segurança numerado(s) de A 0060123 até A 0060128.

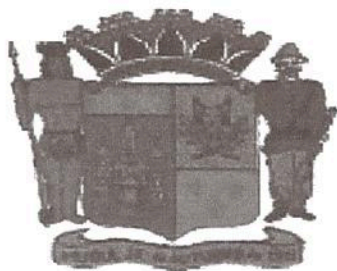
Vitória, 28 de Julho de 2016.

www.creaes.org.br

Folha :002

Eliana Pereira Rodrigues
Téc. de Serv. Operacionais
Mat. 152 - CREA-ES

Eng. Elet. Sérgio Manoel de Castro Gama
Supervisor / Acervo Técnico
CREA-ES 3092/D



nnnn28
x

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA PARCIAL

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI / ES.

CONTRATADO: AVANCI & AZEVEDO CONSTRUTORA LTDA EPP.

CONTRATO: 102/2016.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI/ES, CNPJ sob o nº 27.082.403/0001-83, atesta para os devidos fins, que a empresa AVANCI & AZEVEDO CONSTRUTORA LTDA EPP, CNPJ sob o nº 12.885.510/0001-72, tendo como responsáveis técnicos os profissionais RODRIGO HEMERLY DEZAN, engenheiro civil, carteira CREA nº ES-005880/D e como co-responsável o profissional Pedro Paulo da Silva, engenheiro civil, carteira CREA nº RS-66391/D está prestando os serviços abaixo relacionados com as seguintes características.

DADOS DA OBRA:

1. Contrato de Prestação de serviço 102/2016.
2. Constitui objeto deste contrato a contratação de empresa para Pavimentação, Drenagem e Esgoto das Ruas A e C da localidade de Santa Rita, Travessia Laudegário Soares Peixoto e Rua Flausino Fernandes, bairro São Pedro, Muqui-ES.
3. Endereço: Rua Honório Fraga, s/n, Bairro São Pedro, Muqui, ES.
4. Responsável Técnico pela Execução: Engenheiro Civil RODRIGO HEMERLY DEZAN, carteira CREA nº: ES-005880/D.
5. Atividades que efetivamente está desenvolvendo conforme planilha anexa.
6. Período de participação nos serviços: Data de início: 08 de Abril de 2016 até a presente data.

Muqui, 06 de Julho de 2016.

Aluísio Figueiras
Prefeito Municipal de Muqui

Daniel Afonso Costa Sanches
Arquiteto Urbanista CAU nº 110084-0

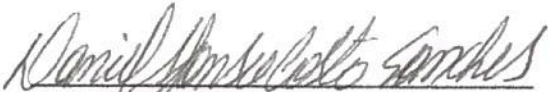


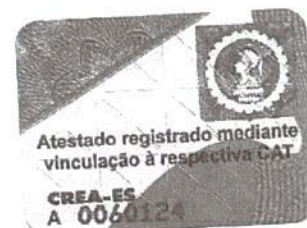
nnnnn?
J


MUNICÍPIO DE MUQUI
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS PÚBLICAS

PLANILHA DE PREÇOS

ITEM	código SINAPI	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1				
SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	iopes 20305	Placa de obra nas dimensões de 2.0 x 4.0 m, padrão IOPES	m ²	4,00
1.2	74210/001	BARRACAO PARA DEPOSITO EM TABUAS DE MADEIRA, COBERTURA EM FIBROCIMENTO 4 MM, INCLUSO PISO ARGAMASSA TRAÇO 1:6 (CIMENTO E AREIA)	m ²	6,00
1.3	73960/001	INSTAL/LIGACAO PROVISORIA ELETRICA BAIXA TENSÃO P/CANT OBRA	UNIDADE	1,00
1.4	DER-ES 41501	Rede de água c/ padrão de entrada d'água diâm. 3/4" conf. CESAN, incl.tubos e conexões p/ aliment., distrib., extravas. e limp., cons. o padrão a 25m	M	50,00
2				
PAVIMENTAÇÃO				
2.1	iopes 200202	Meio-fio de concreto pré-moldado com dimensões de 15x12x30x100 cm , rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	M	121,29
2.2	42501 DER	Pavimentação com paralelepípedo, colchão areia 5cm, inclusive fornecimento e transporte do paralelepípedo e areia, em Vias Urbanas.	M ²	191,81
2.3	iopes 40232	Fornecimento, preparo e aplicação de concreto Fck=15 MPa (brita 1) - (5% de perdas já incluído no custo) para execução de traveção 15x30	M ³	2,58
2.4	SINAP72961	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	M ²	191,81
3				
DRENAGEM				
3.1	40513 DER	Berço de concreto ciclopico para BSTC diametro 0,4 m	M	30,95
3.2	74012/001	SARJETA EM CONCRETO SIMPLES , COM FCK = 18 MPa, PREPARO MANUAL, COM SEIXO ROLADO, ESPESSURA = 8CM M CR , LARGURA = 40CM.	M ²	108,29
3.3	42756 DER	Corpo BSTC (greide) diâmetro 0,30 m CA-1 MF inclusive escavação, reaterro e transporte do tubo em Vias Urbanas	M	5,42
3.4	42759 DER	Corpo BSTC (greide) diâmetro 0,40 m CA-2 MF inclusive escavação, reaterro e transporte do tubo em Vias Urbanas	M	30,95
3.5	40553 DER	Poço de visita (tubo D->0,40 m) H->1,50 m com tampão F.F.A.P., inclusive escavação e transporte do tampão	M	2,00
3.6	40561 DER	Caixa ralo de elementos pré-moldados em concreto (tudo incluído)	UD	6,00
3.7	40549 DER	Caixa de passagem para tubos de D->0,40 m H->1,10 m	UD	4,00


DANIEL AFONSO COSTA SANCHES CAU Nº 110084-0
ARQUITETO URBANISTA




ALUÍSIO RILGUEIRAS
PREFEITO MUNICIPAL



nnnn28
A

MUNICÍPIO DE MUQUI

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS PÚBLICAS

PLANILHA DE PREÇOS

SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM E ESGOTO

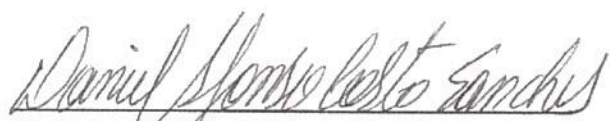
LOCAL: RUA FLAUSINO FERNANDES, MUQUI - ES

ITEM	código SINAPI	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1		SERVIÇOS PRELIMINARES		
1.1	iopes 20305	Placa de obra nas dimensões de 2.0 x 4.0 m, padrão IOPES	M ²	4,00
1.2	74210/001	BARRACA PARA DEPOSITO EM TABUAS DE MADEIRA, COBERTURA EM FIBROCIMENTO 4 MM, INCLUSO PISO ARGAMASSA TRAÇO 1:6 (CIMENTO E AREIA)	M ²	12,00
1.3	73960/001	INSTAL/LIGACAO PROVISORIA ELETRICA BAIXA TENSÃO P/CANT OBRA OBRA,M3-CHAVE 100A CARGA 3KWH,20CV EXCL FORN MEDIDOR	UNID.	1,00
1.4	DER-ES 41501	Rede de água c/ padrão de entrada d'água diâm. 3/4" conf. CESAN, incl.tubos e conexões p/ aliment., distrib., extravas. e limp., cons. o padrão a 25m	M	50,00
2		PAVIMENTAÇÃO		
2.1	iopes 200202	Meio-fio de concreto pré-moldado com dimensões de 15x12x30x100 cm , rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	M	330,65
2.2	42501 DER	pavimentação com paralelepipedo, colchao areia 5cm, inclusive fornecimento e transporte do paralelepipedo e areia, em vias urbanas.	M ²	497,42
2.3	iopes 40232	Fornecimento, preparo e aplicação de concreto Fck=15 MPa (brita 1) - (5% de perdas já incluído no custo) para execução de traveção 15x30	M ³	3,58
2.4	SINAP72961	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	M ²	497,42
2.5	iopes 190205	Caiação de meio- fio a tres demãos	M	330,60
3		DRENAGEM		
3.1	40514 DER	Berço de concreto ciclopico para BSTC diametro 0,6 m	M	65,42
3.2	42756 DER	Corpo BSTC (greide) diâmetro 0,30 m CA-1 MF inclusive escavação, reaterro e transporte do tubo em Vias Urbanas	M	18,84
3.3	42761 DER	Corpo BSTC (greide) diâmetro 0,60 m CA-1 PB inclusive escavação, reaterro e transporte do tubo em Vias Urbanas	M	65,42

AF

000029

3.4	40554 DER	Poço de visita (tubo D->0,60 m) H->1,70 m com tampão F.F.A.P., inclusive escavação e transporte do tampão	M	2,00
3.5	40561 DER	Caixa ralo de elementos pré-moldados em concreto (tudo incluído)	UNID.	10,00
3.6	40549 DER	Caixa de passagem para tubos de D->0,60 m H->1,30 m	UNID.	3,00
3.7	74012/001	SARJETA EM CONCRETO SIMPLES , COM FCK = 18 MPa, PREPARADOP MANUAL, COM SEIXO ROLADO, ESPESSURA = 8 CM M CR, LARGURA = 40 CM	M ²	330,65



DANIEL AFONSO COSTA SANCHES CAU Nº 110084-0
ARQUITETO URBANISTA



ALUÍSIO FILGUEIRAS
PREFEITO MUNICIPAL





000030

J

MUNICÍPIO DE MUQUI
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS PÚBLICAS

PLANILHA DE PREÇOS

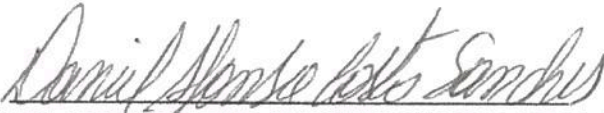
SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM E ESGOTO

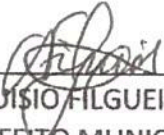
LOCAL: RUAS A E C DA LOCALIDADE DE SANTA RITA, MUQUI- ES

ITEM	código SINAPI	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1		SERVIÇOS PRELIMINARES		
1.1	iopes 20305	Placa de obra nas dimensões de 2.0 x 4.0 m, padrão IOPEs	m ²	4,00
1.2	74210/001	BARRACAO PARA DEPOSITO EM TABUAS DE MADEIRA, COBERTURA EM FIBROCIMENTO 4 MM, INCLUSO PISO ARGAMASSA TRAÇO 1:6 (CIMENTO E AREIA)	m ²	12,00
1.3	73960/001	INSTAL/LIGACAO PROVISORIA ELETRICA BAIXA TENSÃO P/CANT OBRA OBRA,M3-CHAVE 100A CARGA 3KWH,20CV EXCL FORN MEDIDOR	UNIDADE	1,00
1.4	DER-ES 41501	Rede de água c/ padrão de entrada d'água diâm. 3/4" conf. CESAN, incl.tubos e conexões p/ aliment., distrib., extravas. e limp., cons. o padrão a 25m	M	50,00
2		PAVIMENTAÇÃO		
2.1	iopes 200202	Meio-fio de concreto pré-moldado com dimensões de 15x12x30x100 cm , rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	M	380,00
2.2	42501 DER	Pavimentação com paralelepípedo, colchão areia 5cm, inclusive fornecimento e transporte do paralelepípedo e areia, em Vias Urbanas.	M ²	1.600,00
2.3	iopes 40232	Fornecimento, preparo e aplicação de concreto Fck=15 MPa (brita 1) - (5% de perdas já incluído no custo) para execução de traveção 15x30	M ³	3,00
2.4	SINAP72961	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	M ²	2.064,00
3		DRENAGEM		
3.1	40812 DER	Base de brita graduada, inclusive fornecimento, exclusive transporte de brita	M	300,00
3.2	42756 DER	Corpo BSTC (greide) diâmetro 0,30 m CA-1 MF inclusive escavação, reaterro e transporte do tubo em Vias Urbanas	M	17,00
3.3	42761 DER	Corpo BSTC (greide) diâmetro 0,60 m CA-1 PB inclusive escavação, reaterro e transporte do tubo em Vias Urbanas	M	300,00
3.4	40554 DER	Poço de visita (tubo D->0,60 m) H->1,70 m com tampão F.F.A.P., inclusive Ud escavação e transporte do tampão	M	5,00

A

3.5	40561 DER	Caixa ralo de elementos pré-moldados em concreto (tudo incluído)	UD	14,00
3.6	40675 DER	Entrada para descida d'agua DP-1 (calha/degraus) inclusive caiação	UD	1,00
3.7	40683 DER	Descida d'água concreto armado (degraus) c/ caiação (DSA-03A) degrau	M	10,00
3.8	40734 DER	Dissipador de energia aplicado a saída de bueiro/descida d'água de aterro (DEB-03)	UD	1,00
3.9	40549 DER	Caixa de passagem para tubos de D->0,60 m H->1,30 m	UD	5,00
3.10	sinap 74012/001	SARJETA EM CONCRETO SIMPLES , COM FCK = 18 MPa, PREPARO MANUAL, COM SEIXO ROLADO, ESPESSURA = 8CM , LARGURA = 40CM.	UD	400,00
4	ESGOTO			
4.1	sinap 73963/002	POÇO DE VISITA PARA REDE DE ESG. SANIT., EM ANEIS DE CONCRETO, DIÂMETR O = 60CM, PROF =100CM, INCLUINDO DEGRAU, EXCLUINDO TAMPAO FERRO FUNDIDO.	UD	8,00
4.3	sinap 90695	TUBO DE PVC PARA REDE COLETORA DE ESGOTO DE PAREDE MACIÇA, DN 150 MM, M CR JUNTA ELÁSTICA, INSTALADO EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_06/2015	M	250,00
4.4	sinap 79482	ATERRO COM AREIA COM ADENSAMENTO HIDRAULICO	M ³	12,50
4.5	sinap 3061	ESCAVACAO MEC VALA N ESCOR MAT 1A CAT C/RETROESCAV ATE 1,50M M3 EXCL ESGOTAMENTO	M ³	277,50
4.6	sinap 73964/004	REATERRO DE VALAS / CAVAS, COMPACTADA A MAÇO, EM CAMADAS DE ATÉ 30 CM	M ³	233,32


 DANIEL AFONSO COSTA SANCHES CAU Nº 110084-0
 ARQUITETO URBANISTA


 ALUÍSIO FILGUEIRAS
 PREFEITO MUNICIPAL





ANEXO 07

CONDIÇÕES PARA EXPEDIÇÃO DE CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

1. O licitante interessado em apresentar Certificado de Registro Cadastral (CRC) deverá requerê-lo, em petição dirigida à Comissão, até o terceiro dia anterior à data final para a entrega do envelope de habilitação. O pedido deve ser instruído com os seguintes documentos:

I – **obrigatórios**, sem os quais o CRC não será emitido:

a – documento de identidade (RG) ou equivalente, para pessoa física;

b - registro comercial, no caso de empresário individual;

c - ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

d - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e - decreto de autorização, caso se trate de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

f - prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

g - certidão negativa de débitos municipal do domicílio ou sede do licitante; caso não conste prazo de validade na certidão, reputar-se-á válida por sessenta dias, contados da data de sua expedição;

h - certidão negativa de débitos estadual do domicílio ou sede do licitante;

i - certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da União;

j - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em que se demonstre situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

k - certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física; caso não conste prazo de validade na certidão, reputar-se-á válida por sessenta dias, contados da data de sua expedição;

l – declaração de que não possui, no quadro de pessoal, empregados com menos de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em atendimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição da República;

m - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

II – **facultativos**:

a – alvará de licença para localização e funcionamento;

b – alvará expedido pela vigilância sanitária federal, estadual e municipal, a depender da atividade exercida;

c - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



- d - registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- e - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
2. O interessado, quando do requerimento de seu CRC, deverá apresentar os documentos (obrigatórios e facultativos) que guardem pertinência com sua forma de organização e objeto.
- 2.1. Constará no CRC a menção aos documentos apresentados pelo interessado, inclusive com indicação dos respectivos prazos de validade.
- 2.2. Os documentos devem ser apresentados no original ou por cópia autenticada; cópias simples serão admitidas desde que acompanhadas dos respectivos originais para conferência.
- 2.3. Para a expedição do CRC o interessado deve comprovar o recolhimento da taxa de cadastramento, no valor de R\$23,45 através de depósito bancário, agência 0933-4, conta corrente 8.504-9 – Prefeitura Municipal de Iúna, Banco do Brasil S/A.
- 2.4. O CRC vigorará por até um ano, contado de sua expedição, sem prejuízo da validade dos documentos nele referidos.
- 2.4.1. Vencidos ou modificados documentos referidos no CRC, pode o interessado pedir nova expedição, recolhida a taxa respectiva.



f

ANEXO 08

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE À EXPEDIÇÃO DO
CRC QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME**

Cidade XXXX, de de 2017.

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA - PMI

DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

O licitante _____(Nome da Empresa)_____, estabelecido à _____(Endereço Completo)_____, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº_____, declara sob as penalidades cabíveis a inexistência de fato superveniente à expedição do Certificado de Registro Cadastral, ora apresentado para fins de habilitação, que o impeça de participar da Licitação nº 006/2017, modalidade Concorrência Pública.

(nome e assinatura do representante legal)



nnnn35
+

ANEXO 09

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RELAÇÃO DE PARENTESCO

[local e data.]

À Comissão Permanente de Licitação
da Prefeitura Municipal de Iúna

Assunto: Declaração de Relação de Parentesco.

O licitante [*nome do licitante*], inscrito no CNPJ sob o nº [*informar o CNPJ*], por meio de seu representante abaixo assinado, Sr. [*nome do representante que assina esta declaração*], [*qualificação do representante e indicação de sua relação com o licitante (sócio, administrador, gerente, dirigente, credenciado etc.)*], DECLARA, que não é e não tem em seus quadros como sócio, administrador, dirigente ou gerente, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de servidor público do Município de Iúna ocupante de cargo eletivo, comissionado, efetivo, temporário ou contratado.

[*ou, caso haja relação de parentesco, casamento ou união estável*]*

Declara que [o Sr./a Sr.^a] [*nome do licitante ou de sócio, administrador, dirigente ou gerente*], [*qualificação e indicação do vínculo com o licitante (sócio, gerente, administrador etc.)*] é [*explicação da relação (cônjuge, companheiro, tio, sobrinho, pai, avô etc.)*] do servidor municipal [*indicação do nome do servidor municipal*].

Exemplo: Declara que o Sr. Fulano de Tal, brasileiro, casado, administrador do licitante, é casado com a servidora municipal Sr.^a Beltrana de Tal.

Assinatura
(denominação ou razão social do licitante e
nome do representante da empresa)

*** Observação: a relação de parentesco, união estável ou matrimonial entre o licitante ou seus sócios, administradores, gerentes ou dirigentes com servidores municipais não impede sua participação na licitação, mas deve ser informada para fins de controle. Caso o licitante omita a informação sobre eventual parentesco, casamento ou união estável, ser-lhe-á aplicada multa de 0,5% (meio por cento) do valor de sua proposta e, se caracterizada má-fé, suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com o Município de Iúna e, se for o caso, cancelamento do registro cadastral pelo prazo de até 02 (dois) anos.**



nnnn36
f

ANEXO 10

CONTRATO Nº 0XX/2017

Contrato que entre si celebram o Município de Iuna Estado do Espírito Santo e a empresa XXXXXX, na qualidade de contratante e contratada, respectivamente, para o fim exposto nas cláusulas que o integram.

Por este instrumento particular de Contrato, de um lado o MUNICÍPIO DE IUNA - ES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CGC/MF sob o n.º 27.167.394/0001-23, com sede à Rua Desembargador Epaminondas Amaral, n.º 58, Centro, Iuna - ES, neste ato representado pelo Sr. Weliton Virgilio Pereira, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, servidor público, portador do CPF n.º 998.381.257-68 e RG n.º 11.639-8, residente e domiciliado à Rodovia ES, nº 185, Barra da Boa Sorte, Nossa Senhora das Graças, neste Município, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a firma _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede à _____, neste ato representada por seu(ua) sócio(a), o(a) Sr(a). _____, brasileiro(a), solteiro(a)/casado(a), ____ (profissão)____, portador(a) do CPF n.º _____ e RG n.º _____, residente e domiciliado(a) à _____, doravante denominado(a) CONTRATADO(A), resolvem assinar o presente Contrato que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a **Contratação de empresa para execução de obras de infraestrutura (pavimentação e drenagem) de ruas no Distrito de São João do Príncipe, atendendo ao Contrato de Repasse nº 803534/2014 do Ministério das Cidades / Caixa Econômica Federal**, conforme processo licitatório nº 006/2017, na modalidade concorrência pública do tipo menor preço global, com regime de execução por empreitada por preço global.

1.2. Os serviços deverão ser executados em rigorosa observância aos Projetos, às normas e especificações técnicas vigentes desta Prefeitura Municipal e ABNT, obedecendo às condições do Edital que procedeu ao contrato e da proposta vencedora.

1.3. Qualquer inobservância desta obrigatoriedade implicará sua correção pela Contratada sem qualquer ônus para a Contratante, bem como a eventual aplicação de sanções por atrasos ou qualquer outra irregularidade na execução do contrato.



f

1.4. O contratado declara conhecer o projeto básico executivo e concorda expressamente com sua plena adequação à consecução da obra.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

2.1. O valor global do presente Contrato é de R\$ _____ (extenso).

2.2. O pagamento dos serviços executados será efetuado em parcelas mensais, por serviços efetivamente realizados e aceitos, de acordo com as medições elaboradas pela fiscalização da CONTRATANTE.

2.3. As medições dos serviços deverão ser verificadas, conferidas e liberadas para pagamento que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após a execução dos serviços, conforme previsto no subitem 2.3.1.

2.3.1. Os pagamentos serão efetuados dentro dos 30 (trinta) dias seguintes ao da apresentação a Prefeitura Municipal de Iúna de documentos fiscais hábeis, sem emendas ou rasuras e ter ocorrido a prestação de serviços na forma prevista no art. 73 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais, os mesmos serão devolvidos à contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

2.3.2. Deverá ser apresentado ainda original ou cópia autenticada dos seguintes documentos:

a) Primeira fatura

a.1 - Anotação de Responsabilidade Técnica da obra

a.2 - Matrícula da obra junto ao INSS.

a.3 - Certidão Negativa de Débito junto à Fazenda Pública Municipal.

b) Demais faturas:

b.1 - Prova de recolhimento junto ao FGTS, referente ao mês de execução dos serviços.

b.2 - GRPS específica, quitada e respectiva folha de pagamento da obra.

c) Última fatura:



c.1 - Certidão negativa de débito junto a Receita Pública Federal.

c.2 - Termo de Recebimento Provisório da obra.

2.4. É vedada a antecipação de pagamentos sem a correspondente contraprestação de serviços.

2.5. A Prefeitura Municipal de Iúna poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.

2.6. Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas no edital que procedeu ao contrato no que concerne a HABILITAÇÃO e a PROPOSTA.

2.7. Os pagamentos serão efetuados através de depósito em conta corrente do fornecedor, no Banco por ele indicado, ou na Tesouraria da Prefeitura, e serão contados da data de certificação/aceitação do objeto licitado, constante no verso da Nota Fiscal/Fatura em 02 (duas) vias, com o visto do funcionário competente para o recebimento e conferência dos mesmos.

2.8. Em caso de atraso no pagamento, a Contratada fará jus à percepção dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança desde o inadimplemento até o efetivo pagamento.

2.9. Como condição para realização do pagamento, o contratado deverá apresentar a comprovação de recolhimento dos encargos sociais dos funcionários vinculados à execução do contrato referente ao período de trabalho destinado ao contratante.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE

3.1. Os preços unitários serão reajustados, a cada doze meses, contados a partir do mês marcado para abertura do envelope "HABILITAÇÃO".

3.2. Os preços unitários serão reajustados de acordo com a seguinte fórmula :

$$R = \frac{I - I_0}{I_0} \times V, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajustamento procurado



nnnnn.3.
K

I = Índice do Custo nacional de construção civil e obras públicas, Edificações, coluna 35, publicada pela Fundação Getúlio Vargas, para o mês anterior ao mês da execução dos serviços, isto é, ___(mês)___ de ___(ano)___.

Io = Índice do Custo nacional de construção civil e obras públicas, Edificações, coluna 35, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, referente ao mês anterior ao mercado para a entrega dos envelopes, isto é, ___(mês)___ de ___(ano)___.

V = Valor a ser reajustado

3.3. O reajuste ocorrerá um ano após a data marcada para a apresentação das propostas.

3.4. As notas fiscais de reajustamentos deverão ser apresentadas separadas das notas fiscais das obras e serviços ou fornecimentos a que se refiram.

3.5. Caso não seja conhecido o índice do mês da efetiva execução dos serviços para fechamento da medição mensal, será adotado o último índice publicado. Após a obtenção do índice relativo ao mês da medição, será processado novo cálculo de reajustamento, onde a diferença constatada, conforme seja, será corrigida através de débito ou crédito em faturamento posterior.

3.6. O reajuste será formalizado por apostila, na forma do § 8º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

4 - CLÁUSULA QUARTA - EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ACEITAÇÃO DA OBRA:

4.1. A execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor previamente designado pelo Contratante, nos termos do Art. 67 da Lei n.º 8.666/93, que deverá atestar a realização dos serviços contratados, para cumprimento das normas estabelecidas nos Artigos 62 e 63 da Lei n.º 4.320/64. O agente fiscalizador do contratante será o Sr/Sra XXXX, matrícula nº XXXX, nomeado por Portaria subscrita pelo Secretário Municipal de Gestão.

4.2. O representante da CONTRATADA anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.



4.3. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução da obra ou de materiais empregados.

4.4. No interesse do cumprimento do contrato, a fiscalização da Prefeitura poderá exigir, por escrito, a substituição de empregados da empresa CONTRATADA, que deverá cumprir a exigência no prazo de dois dias úteis.

4.5. Cabe à CONTRATADA permitir e facilitar à fiscalização a inspeção ao local dos serviços, em qualquer dia e hora, devendo prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados.

4.6. Aplica-se à execução dos serviços contratados as normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

4.7. Após a conclusão dos serviços contratados, a aceitação da obra será efetuada provisoriamente pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante Termo de Recebimento Provisório, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da solicitação escrita da CONTRATADA.

4.8. O Termo de Recebimento Definitivo será lavrado pela Comissão designada pela autoridade competente, mediante Termo circunstanciado e assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação estabelecido no Termo de recebimento Provisório que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no Artigo 73 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

4.9. A responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, correção e segurança dos serviços executados, subsistirá na forma da lei mesmo após seu recebimento definitivo.

4.10. A CONTRATADA deverá elaborar folha de pagamento e guias de pagamento próprias para a obra, de todos os empregados envolvidos diretamente na execução da obra.

4.11. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade.

5 - CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DIVERSAS



0000041
X

5.1. O Contratado deverá levar em conta as seguintes condições:

5.1.1. A empresa Contratada deverá, antes de obter o Termo de Recebimento Provisório, fornecer à Fiscalização para aprovação o "as built" do projeto executivo utilizado nas obras, quando forem necessárias, devidamente firmado pelo seu responsável técnico e acompanhado dos recolhimentos devidos. O "as built" deve ser apresentado em papel sulfite, com cópia plotada e arquivo eletrônico em CD com formato DWG ou equivalente.

5.1.2. Todos os documentos expedidos pela licitante em sua proposta deverão ser subscritos por seu representante legal e engenheiro responsável pela obra.

5.1.3. Todos os custos e segurança dos materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços serão de total responsabilidade da licitante que vier a ser Contratada para execução do objeto deste Edital, não cabendo a PM Iúna nenhum ônus por motivos de perdas, roubos ou despesas com seguro dos mesmos.

5.1.4. A Contratada é responsável pelo custo de ensaios suplementares que forem exigidos pela CONTRATANTE, no sentido de atestar a qualidade e características dos materiais empregados ou de serviços executados, em firmas ou entidades indicadas pela CONTRATANTE ou seus prepostos.

5.1.5. A Contratada deverá manter os seguintes seguros:

* Risco de responsabilidade civil do construtor

* Contra acidentes de trabalho

* Riscos diversos de acidentes físicos da obra, além de outros exigidos pela legislação pertinente.

5.1.6. Os encargos e obrigações de natureza trabalhista, inclusive quanto à insalubridade e periculosidade, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil, decorrentes da execução dos serviços objeto deste edital, deverão ser considerados nos preços propostos, correndo por conta exclusiva da Contratada, por si e por seus subcontratados.



nnnn42

f

6 - CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação são:

6.1.1. Do município de Iúna, dotação 090001.1545100163.058.44905100000 – Ficha 334.

6.1.2. Da União, Ministério das Cidades, Nota de Empenho nº 2014NE800745, emitida em 02/06/2014, Unidade Gestora 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120541D730032, Natureza da Despesa 444042.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA – LOCAL E PRAZOS:

7.1. A obra será realizada no Distrito de São João do Príncipe, neste Município e o prazo de execução dos serviços será de 05 (cinco) meses, obedecido o item 7.2. contados da data do recebimento da ordem de início de serviços.

7.2. O prazo máximo para início dos serviços é de 10 (dez) dias, contados da data do recebimento da ordem de início de serviços.

7.3. A Administração se reserva o direito de fracionar a execução do objeto da contratação decorrente desta licitação ao longo da vigência do contrato.

7.4. A Administração expedirá a ordem de início de serviço nos 30 (trinta) dias seguintes ao da publicação do contrato.

7.4.1. O prazo referido na cláusula 7.4. poderá ser prorrogado uma vez por igual período, mediante justificativa da autoridade a quem interessa a prorrogação.

7.5. O contrato vigorará por 08 (oito) meses contados a partir do dia da publicação resumida do instrumento contratual na imprensa oficial, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei 8.666/93.

7.6. Toda prorrogação do prazo de vigência ou de execução deverá ser justificada por escrito e aprovada pela autoridade competente.



8 - CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

8.1. No caso da CONTRATADA não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência;

8.1.2. Multa de 1% (um por cento) por dia, limitado a 15% (quinze por cento), incidente sobre o valor da proposta apresentada:

8.1.3. Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração e, se for o caso, cancelamento do registro cadastral pelo prazo de até 02 (dois) anos.

8.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 8.1.3.

8.2. Antes da aplicação das penalidades previstas nos subitens 8.1.1., 8.1.2 e 8.1.3, o contratado será intimado para apresentação de defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação. A sanção de declaração de inidoneidade, de competência exclusiva da Secretária Municipal de Gestão, podendo ser aplicada juntamente com a sanção prevista no subitem 8.1.2, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da intimação, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

8.3. As sanções previstas nos subitens 8.1.3. e 8.1.4. poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do contrato;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.



8.4. A multa é devida a cada evento de mora do contratado, de modo que a eventual aplicação da sanção em seu patamar máximo não obsta nova incidência, desde que por fato distinto do anterior.

9 - CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei, bem como a aplicação das multas e penalidades previstas neste instrumento.

9.2. Constituem motivo para rescisão do Contrato:

I - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos, ou prazos;

II - O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

III - A lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade, da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;

IV - O atraso injustificado no início da obra;

V - A paralisação dos trabalhos, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VII - O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art.67 da Lei n.º 8.666/93.

VIII - A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;

IX - A dissolução da sociedade;

X - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do Contratante, prejudique a execução do contrato;

XI - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XII - A ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XIII - O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo Contratante decorrentes dos serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;



nnnn4!
Y

XIV - A supressão, por parte do Contratante, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art.65 da Lei n.º 8.666/93.

XV - Caso o MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA não aprove o repasse da verba destinada a consecução da contratação, o presente contrato será rescindido unilateralmente na forma do inciso XII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba ao contratado direito à indenização.

9.2.1. A decisão da autoridade competente, relativa a rescisão do Contrato, deverá ser precedida de justificativa fundada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.3. A rescisão do Contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I à XIII do item 9.2;

II - Amigável, por acordo entre as partes e reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o Contratante.

III - Judicial, nos termos da legislação.

9.3.1. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Secretaria de Gestão.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES:

10.1. Constituem obrigações do Contratante:

- a) Pagar a contratada o preço estabelecido neste instrumento;
- b) Designar servidor para acompanhar o Contrato.

10.2. Constituem obrigações do(a) Contratado(a):

- a) Executar o contrato nos termos aqui ajustados bem como àqueles trazidos pela Licitação que procedeu ao contrato.
- b) Utilizar, nos serviços contratados, pessoal que atenda aos requisitos de qualificação necessária ao exercício das atividades que lhe for confiada;
- c) Registrar as ocorrências havidas durante a execução deste Contrato, de tudo dando ciência ao Contratante, respondendo integralmente por sua omissão.



nnnn46

Y

- d) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos, materiais ou pessoais causados pelo(a) Contratado(a), seus empregados, ou prepostos ao Contratante, ou a terceiros.
- e) Observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, fiscais, seguros e quaisquer outros não mencionados, bem como pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência direta ou indireta do contrato, isentando a contratante de qualquer responsabilidade.
- f) Manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que o procedeu.
- g) Responsabilizar-se tecnicamente pela execução dos serviços, na forma da legislação em vigor, discriminados na Cláusula Primeira.
- h) Responsabilizar-se civilmente pela solidez e segurança da obra ou serviço, incluindo a responsabilidade ético-profissional e vícios ocorridos durante e após sua execução, decorrentes dos materiais, mão-de-obra e equipamentos empregados para a consecução do objeto deste Contrato.
- i) Informar acerca dos funcionários vinculados à execução do contrato, indicando, ao menos, nome completo, CPF, cargo ou atividade exercida, lotação e local de exercício dos empregados na contratante, para fins de divulgação na internet.
- j) Permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis.
- k) Responsabilizar-se pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectada impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.

10.2.1. A divulgação prevista na alínea i da cláusula 10.2 deverá ocultar os três primeiros dígitos e os dois dígitos verificadores do CPF, na forma do art. 108 da Lei nº 12.708/2012.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

11.1. O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

11.1.1. Unilateralmente pelo Contratante:

- I - Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica dos seus objetivos;
- II - Quando necessária a modificação contratual em decorrência de acréscimos ou diminuição quantitativa do seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 8.666/93 e suas alterações.



nnnn4
f

11.1.2. Por acordo entre as partes:

I - Quando necessária a modificação do regime de execução da obra em face de verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;

II - Quando necessária à modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantidos o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, sem a correspondente execução da obra.

III - O (a) Contratado(a) se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

IV - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão à revisão destes para mais ou para menos conforme o caso;

V - Em havendo alteração unilateral do Contrato que aumente os encargos do(a) Contratado(a), o Contratante restabelecerá por aditamento o equilíbrio econômico financeiro inicial.

11.2. Sem prejuízo o disposto no art. 65, I, b, e §1.º, da Lei nº 8.666/93, o limite de alteração do valor global do contrato em virtude de eventuais falhas ou omissões do projeto básico é de 10% (dez por cento), na forma do art. 127, § 6.º, III, da Lei nº 12.309/2010, art. 125, § 6.º, III, da Lei nº 12.465/2011, art. 102, § 6.º, III, da Lei nº 12.708/2012 e art. 13, II, do Decreto Federal nº 7.983/2013.

11.3. A formação do preço de aditamentos contratuais contará com orçamento específico detalhado em planilhas elaboradas pelo contratante, mantido, em qualquer aditivo contratual, a mesma proporcionalidade da diferença entre o valor global estimado na fase interna da licitação e o valor global contratado, respeitados, em todo caso, os limites previstos no art. 65, § 1.º, da Lei nº 8.666/93.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. Não poderá o Contratado ceder ou subcontratar, parcial ou totalmente o objeto deste contrato.

12.2. Fica o Contratante isento de qualquer ação civil, criminal, trabalhista, ou qualquer outra relativa ao presente Contrato, ficando o(a) Contratado(a) responsável por tudo o que vier a ocorrer durante o período do Contrato.



T

12.3. O presente Contrato será publicado, em resumo, na Imprensa Oficial, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 61, parágrafo único da Lei n.º 8.666/93, correndo a despesa por conta do contratante.

12.4. Aplica-se a execução deste termo contratual, em especial aos casos omissos, a Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

12.5. Integra este contrato a proposta comercial (planilha orçamentária) da empresa vencedora e o Edital de licitação e respectivos anexos, cujas disposições vinculam ambas as partes.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:

13.1. Elegem o Foro da Comarca de Iúna - ES, para dirimirem quaisquer dúvidas ou contestações oriundas deste Contrato e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que se produza seu efeito legal, após lido e achado conforme.

Este contrato é integrado dos seguintes anexos:

I – Anexo 10 - A – Preços contratados.

Iúna - ES, ____ de _____ de 2017.

CONTRATANTE

Prefeitura Municipal de Iúna
Weliton Virgilio Pereira
Prefeito Municipal

CONTRATADO

XXXXX (Firma)

XXXXX (Representante legal)

PREFEITURA
MUNICIPAL
DE IÚNA



SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
SETOR DE LICITAÇÕES
processo nº 002603/2016. Edital nº 006/2017



000049

Y

ANEXO 09 -A
PREÇOS CONTRATADOS



7.11.2 – FASE FINAL DE CLASSIFICAÇÃO

7.11.2.1 – Serão aceitas as propostas em que se constatarem erros de cálculo nos valores propostos, reservando-se à Comissão de Licitação o direito de corrigi-los na forma seguinte:

a – O erro na multiplicação de preços unitários pelas quantidades correspondentes será retificado mantendo-se o preço unitário e a quantidade, corrigindo-se o produto;

b – O erro na adição será retificado conservando-se as parcelas corretas, trocando-se o total proposto pelo corrigido.

c – Falta de data, validade e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes com poderes para esse fim.

d – A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados dentro do envelope "Habilitação".

7.11.3. Havendo empate entre duas ou mais propostas, depois de obedecido ao disposto no parágrafo 2.º, artigo 3.º da Lei 8.666/93, o certame será decidido através de sorteio a ser realizado na hora, na presença dos representantes presentes à reunião.

7.11.4. Aplicar-se-ão às empresas que se enquadram nas disposições contidas na Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) – as prescrições dos artigos 44 ao 45.

7.12. Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

7.13. O resultado do julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS será comunicado aos licitantes após o encerramento desta fase dos trabalhos, o que poderá ocorrer na mesma data da abertura dos respectivos envelopes ou em nova data, a ser definida pela CPL.

7.14. A Comissão Permanente de Licitação lavrará a ata da reunião de abertura dos envelopes "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA DE PREÇOS", da qual constarão: registro da documentação e propostas



de preços recebidas; informações das propostas não abertas se houver; informações das decisões proferidas e demais ocorrências no momento da reunião.

7.15. Não serão levadas em consideração pela Comissão Permanente de Licitação, tanto na fase de habilitação e classificação, como na fase posterior à adjudicação do objeto licitado, quaisquer consultas, pleitos ou reclamações que não tenham sido formuladas por escrito e devidamente protocoladas, ou transcritas em ata. Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre as partes.

8 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1. Caberá recurso na forma e nos casos previstos no art. 109 da Lei nº 8.666/93, dirigidos à Comissão Permanente de Licitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.2. Na contagem dos prazos recursais excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento.

8.3. Os recursos deverão observar os seguintes critérios:

8.3.1. Serem dirigidos por escrito, exclusivamente, à Comissão Permanente de Licitação, digitados ou datilografados, devidamente fundamentados, com clara indicação do ponto contra que se recorre e, se for o caso, acompanhados de documentação pertinente à comprovação das alegações recursais;

8.3.2. Serem assinados pelo próprio licitante, se o recorrente for empresário individual, por sócio administrador, diretor ou gerente, se pessoa jurídica, ou por procurador (mandatário), para quaisquer situações;

8.3.2.1. Não serão conhecidos os recursos desacompanhados de documentos necessários à identificação de seu subscritor, bem como aqueles que atestem sua condição de administrador, gerente ou diretor de pessoa jurídica ou de procurador, de empresário individual ou coletivo.

8.3.3. Os recursos deverão ser apresentados na Secretaria Municipal de Gestão, por meio do setor de protocolo, se forem intempestivos, não serão conhecidos.

8.3.3.1. Os recursos enviados por fax e ou internet não serão admitidos.



8.4. Interposto o recurso, os demais licitantes serão comunicados de que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis. Findo esse prazo, impugnado ou não o recurso, a Comissão Permanente de Licitação, poderá no mesmo prazo, reconsiderar a sua decisão ou mantê-la, caso em que remeterá os autos à autoridade superior.

8.4.1. Tanto nos casos de acolhimento quanto de rejeição do recurso, a decisão da Comissão Permanente de Licitação será fundamentada.

8.5. Para efeito do disposto no § 5º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, ficam os autos desta Licitação com vista franqueada aos interessados.

9 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

9.1. Aos licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem qualquer espécie de fraude, serão aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Pública Municipal:

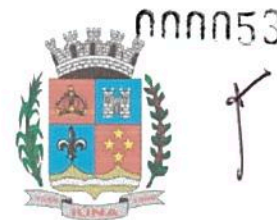
9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multa de 1% (um por cento) por dia, limitado a 15% (quinze por cento), incidente sobre o valor da proposta apresentada.

9.1.3. suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração e, se for o caso, cancelamento do registro cadastral pelo prazo de até 02 (dois) anos.

9.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 9.1.3.

9.2. Antes da aplicação das penalidades previstas nos subitens 9.1.1., 9.1.2 e 9.1.3, o licitante será intimado para apresentação de defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação. A sanção



de declaração de inidoneidade, de competência exclusiva do Secretário Municipal de Gestão, pode ser aplicada juntamente com a sanção prevista no subitem 9.1.2, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da intimação. A reabilitação pode ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação, obedecidos os condicionantes do item 9.1.4.

9.3. As sanções previstas nos subitens 9.1.3. e 9.1.4. poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.4. A multa é devida a cada evento de mora do contratado, de modo que a eventual aplicação da sanção em seu patamar máximo não obsta nova incidência, desde que por fato distinto do anterior.

10 - IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

10.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar, por escrito, o presente edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei 8.666/93, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.

10.2. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, com relação as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

10.3. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar desta Licitação, até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

10.4. A impugnação interposta será imediatamente comunicada à Comissão Permanente de Licitação, logo após ter sido protocolizada junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura.



10.5. O conhecimento da impugnação está condicionado ao preenchimento dos mesmos critérios previstos para os recursos nos itens 8.3.1, 8.3.2, 8.3.2.1, 8.3.3 e 8.3.3.1 deste edital.

10.6. Oposta a impugnação, a Comissão Permanente de Licitação decidirá fundamentadamente acerca de sua aceitabilidade e, se conhecida, de seu teor, poderá, se necessário, consultar agentes e autoridades municipais.

10.6.1. As decisões da Comissão Permanente de Licitação sobre a impugnação – seja pelo não conhecimento, ou, se conhecida, pelo acolhimento ou não acolhimento – dependem de ratificação pela autoridade superior.

10.7. Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, caso em que será reaberto o prazo mínimo para entrega dos envelopes, exceto se a alteração não afetar a formulação das propostas.

11 – HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

11.1. O julgamento das propostas e o resultado apurado pela Comissão Permanente de Licitação serão submetidos à autoridade competente para deliberação quanto a sua homologação, após o que se procederá à adjudicação do objeto da licitação.

12 – TERMO DE CONTRATO

12.1. Sem prejuízo do disposto nos Capítulos III a IV da Lei nº 8.666/93, o contrato referente à execução do objeto licitado será formalizado e conterá, necessariamente, as condições já especificadas neste Edital, sendo observado, ainda, o disposto no art. 55 da Lei nº 8.666/93.

12.2. A execução do Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais (Minuta Contratual) e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.



13 – ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO

13.1. Depois de decorrido os prazos para interposição de recursos e suas respectivas decisões, caso haja, e homologado o certame, o Município convocará oficialmente o(s) licitante(s) vencedor(es), durante a validade de sua(s) proposta(s) para, no prazo máximo de 07 (sete) dias, assinar o contrato, sob pena de perderem o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

13.2. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Municipal.

13.3. Quando a convocada não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos – ressalvada a hipótese do item 13.2, é facultado à Administração desclassificá-la de pleno direito, caso em que será chamado o licitante remanescente para a sua assinatura, obedecida à ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, corrigidos monetariamente.

13.3.1. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

13.3.2. O disposto no item anterior não se aplica aos licitantes convocados nos termos do art. 64, § 2º da Lei nº 8.666/93, que não aceitarem a contratação nas mesmas condições propostas pelo adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

14 – RESPONSABILIDADE DAS PARTES

14.1. As responsabilidades das partes constam na minuta que integra o Anexo 10 (Minuta Contratual).

15 - LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO



15.1. A obra será realizada no Distrito de São João do Príncipe, neste Município e o prazo de execução dos serviços será de 05 (cinco) meses, obedecido o item 15.2. contados da data do recebimento da ordem de início de serviços.

15.2. O prazo máximo para início dos serviços é de 10 (dez) dias, contados da data do recebimento da ordem de início de serviços.

15.3. A Administração se reserva o direito de fracionar a execução do objeto da contratação decorrente desta licitação ao longo da vigência do contrato.

15.4. A Administração se reserva o direito de majorar ou reduzir o quantitativo contratado em 25% (vinte e cinco por cento).

15.5. A Administração expedirá a ordem de início de serviço nos 30 (trinta) dias seguintes ao da publicação do contrato, ressalvado o disposto no art. 8º, caput e parágrafo único, e art. 57, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

15.5.1. O prazo referido na cláusula 15.5. poderá ser prorrogado uma vez por igual período, mediante justificativa da autoridade a quem interessa a prorrogação.

15.6. O regime de execução é de empreitada por preço global.

16 - REAJUSTE

16.1. Os preços unitários serão reajustados, a cada doze meses, contados a partir do mês marcado para abertura do envelope "HABILITAÇÃO", isto é, (mês) de (ano) .

16.2. Os preços unitários serão reajustados de acordo com a seguinte fórmula :

$$R = \frac{I - I_0}{I_0} \times V, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado



I = Índice do Custo nacional de construção civil e obras públicas, Edificações, coluna 35, publicada pela Fundação Getúlio Vargas, para o mês anterior ao mês da execução dos serviços, isto é, ___(mês)___ de ___(ano)___.

Io = Índice do Custo nacional de construção civil e obras públicas, Edificações, coluna 35, publicada pela Fundação Getúlio Vargas, referente ao mês anterior ao marcado para a entrega dos envelopes, isto é, ___(mês)___ de ___(ano)___.

V = Valor a ser reajustado

16.3. O reajuste ocorrerá um ano após a data marcada para a apresentação das propostas.

16.4. As notas fiscais de reajustamentos deverão ser apresentadas separadas das notas fiscais das obras e serviços ou fornecimentos a que se refiram.

16.5. Caso não seja conhecido o índice do mês da efetiva execução dos serviços para fechamento da medição mensal, será adotado o último índice publicado. Após a obtenção do índice relativo ao mês da medição, será processado novo cálculo de reajustamento, onde a diferença constatada, conforme seja, será corrigida através de débito ou crédito em faturamento posterior.

16.6. O reajuste será formalizado por apostila, na forma do § 8º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

17 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

17.1. O objeto da Licitação será recebido quando perfeitamente de acordo com as condições contratuais e demais documentos que o integrarem.

17.2. Após a conclusão dos serviços contratados, a aceitação da obra será efetuada provisoriamente pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante Termo de Recebimento Provisório, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da solicitação escrita da CONTRATADA.

17.3. O Termo de Recebimento Definitivo será lavrado pela Comissão designada pela autoridade competente, mediante Termo circunstanciado e assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação estabelecido no Termo de recebimento Provisório que comprove a adequação do objeto aos



f

termos contratuais, observado o disposto no Artigo 73 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

17.4. A responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, correção e segurança dos serviços executados, subsistirá na forma da lei mesmo após seu recebimento definitivo.

18 – CONDIÇÕES DIVERSAS

18.1. O Contratado deverá levar em conta as seguintes condições:

18.1.1. A empresa Contratada deverá, antes de obter o Termo de Recebimento Provisório, fornecer à Fiscalização para aprovação o "as built" do projeto executivo utilizado nas obras, quando forem necessárias, devidamente firmado pelo seu responsável técnico e acompanhado dos recolhimentos devidos. O "as built" deve ser apresentado em papel sulfite, com cópia plotada e arquivo eletrônico em CD com formato DWG ou equivalente.

18.1.2. Todos os documentos expedidos pela licitante em sua proposta deverão ser subscritos por seu representante legal e engenheiro responsável pela obra.

18.1.3. Todos os custos e segurança dos materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços serão de total responsabilidade da licitante que vier a ser Contratada para execução do objeto deste Edital, não cabendo a PM Iúna nenhum ônus por motivos de perdas, roubos ou despesas com seguro dos mesmos.

18.1.4. A Contratada é responsável pelo custo de ensaios suplementares que forem exigidos pela CONTRATANTE, no sentido de atestar a qualidade e características dos materiais empregados ou de serviços executados, em firmas ou entidades indicadas pela CONTRATANTE ou seus prepostos.

18.1.5. A Contratada deverá manter os seguintes seguros:

* Risco de responsabilidade civil do construtor

* Contra acidentes de trabalho



* Riscos diversos de acidentes físicos da obra, além de outros exigidos pela legislação pertinente.

18.1.6. Os encargos e obrigações de natureza trabalhista, inclusive quanto à insalubridade e periculosidade, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil, decorrentes da execução dos serviços objeto deste edital, deverão ser considerados nos preços propostos, correndo por conta exclusiva da Contratada, por si e por seus subcontratados.

19 – ACEITAÇÃO E PAGAMENTO

19.1. O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) dentro dos 30 (trinta) dias seguintes ao da apresentação a Prefeitura Municipal de documento (s) fiscal (is) hábil (eis), sem emendas ou rasuras e ter ocorrido a prestação de serviços na forma prevista no art. 73 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

19.2. O pagamento serão efetuados em parcelas mensais, por serviços efetivamente realizados e aceitos, de acordo com as medições elaboradas pela fiscalização da CONTRATANTE.

19.2.1. Feita a medição, o contratado expedirá a nota fiscal pertinente aos serviços executados.

19.3. As medições dos serviços deverão ser verificadas, conferidas e liberadas para pagamento em até 30 (trinta) dias após a execução dos serviços.

19.4. Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) ao contratado para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

19.5. A Prefeitura Municipal de Iúna poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.

19.6. Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a HABILITAÇÃO e a PROPOSTA.

19.7. Os pagamentos serão efetuados através de depósito em conta corrente do prestador, no Banco por ele indicado, ou na Tesouraria da Prefeitura, e serão contados da data de certificação/aceitação do



objeto licitado, constante no verso da Nota Fiscal/Fatura em 02 (duas) vias, com o visto do funcionário competente para o recebimento e conferência dos mesmos.

19.8. É vedada a antecipação de pagamentos sem a correspondente contraprestação de serviços.

19.9. Em caso de atraso no pagamento, a Contratada fará jus à percepção dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança desde o inadimplemento até o efetivo pagamento.

19.10. Como condição para realização do pagamento, o contratado deverá apresentar a comprovação de recolhimento dos encargos sociais dos funcionários vinculados à execução do contrato referente ao período de trabalho destinado ao contratante.

20 – DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A Prefeitura Municipal de Iúna, inclusive por meio de sua Comissão Permanente de Licitação, reserva-se o direito de efetuar diligências com a finalidade de verificação da autenticidade e veracidade dos documentos e das informações apresentadas nas propostas.

20.2. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

20.3. Os membros da Comissão de Licitação solicitarão em qualquer época ou oportunidade, informações complementares, se julgar necessário.

20.4. Se necessário, serão convidados a assessorar e colaborar com a Comissão de Licitação qualquer servidor da Administração municipal, bem como profissionais de reconhecida competência técnica, não vinculados direta ou indiretamente a qualquer dos licitantes.

20.5. Este Edital será regido pelas regras e princípios de direito público, pela Lei nº 8.666/93 com suas alterações, independente da transcrição das normas vigentes.

20.6. A Comissão de Licitação fornecerá aos interessados todos os elementos necessários à elaboração da proposta.



+

20.7. O presente edital poderá ser anulado ou revogado por autoridade competente, devido a razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, mediante parecer escrito e fundamentado, conforme previsto no artigo 49 da Lei 8.666/93.

20.8. As dúvidas que surgirem durante as sessões, serão resolvidas pela Comissão Permanente de Licitação, na presença dos licitantes ou deixadas para posterior deliberações, devendo os atos ser registrados em ata.

20.9. Caso a data marcada para a presente licitação coincida com feriado ou ponto facultativo decretado pela Prefeitura Municipal, será a mesma realizada no primeiro dia útil posterior, permanecendo o mesmo horário e local.

20.10. Os projetos básicos estarão disponíveis no Setor de Licitação, e poderão ser obtidos pelos interessados pelo tel: (28) 3545-4754, em dias úteis no horário de 08h00 às 11h00 e de 13h00 às 17h00, através do e-mail: licitacao@iuna.es.gov.br e/ou através do site: www.iuna.es.gov.br.

20.11. O licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços, com o objetivo de se inteirar das condições físicas e do grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário, junto a Secretaria Municipal de Obras, Infra-Estrutura e Desenvolvimento Urbano, Setor de Engenharia, e-mail: engenharia@iuna.es.gov.br.

20.11.1. Os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência desta licitação.

20.12. Informações complementares inerentes a esta licitação poderão ser obtidas pelos interessados pelo tel.: (28) 3545-4754, em dias úteis no horário de 08h00 às 11h00 e de 13h00 às 17h00.

20.13. As sessões da licitação serão transmitidas ao vivo pelo site do município. Desde já, ficam os licitantes cientes da exposição de sua imagem na internet, não podendo alegar desconhecimento ou negativa de divulgação da mídia.

20.14. Fazem parte do presente Edital integrando-o de forma plena, independentemente de transcrição:

I – Anexo 1 – Projetos Básicos Executivos;



0000062

f

II – Anexo 2 – Modelo da Proposta de Preços;

III – Anexo 3 – Modelo de Credenciamento;

IV – Anexo 4 – Modelo de declaração de disponibilização de pessoal e material;

V – Anexo 5 - Modelo de Declaração de Cumprimento ao Art. 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Habilitação

VI – Anexo 6 – Modelo de Declaração de ausência de motivo que impeça ME/EPP de gozar dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006;

VII – Anexo 7 - Condições para Expedição de Certificado de Registro Cadastral (CRC);

VIII – Anexo 8 – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente à expedição do CRC que Impeça a Participação no Certame;

IX – Anexo 09 – Declaração de Relação de Parentesco;

X – Anexo 10 – Minuta Contratual.

21 – DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. O presente edital se encontra afixado no quadro de avisos para tal fim, localizado no andar térreo do Edifício sede da Prefeitura.

Iúna / ES, 17 de fevereiro de 2017.

PREFEITURA
MUNICIPAL
DE IÚNA



SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
SETOR DE LICITAÇÕES
processo nº 002603/2016. Edital nº 006/2017



000063

Y

Ana Maria Moreira Cote Amurim
Presidente da CPL

Michely Nieto de Moura Silvério
Membro da CPL

Robson Gonçalves da Silva
Membro da CPL



ANEXO 01

PROJETOS BÁSICOS EXECUTIVOS

1 - OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras de infraestrutura (pavimentação e drenagem) de ruas no Distrito de São João do Príncipe, atendendo ao Contrato de Repasse nº 803534/2014 do Ministério das Cidades / Caixa Econômica Federal.

LOTE 01 (ÚNICO)			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.
1	Execução de obras de infraestrutura (pavimentação e drenagem) de ruas no Distrito de São João do Príncipe.	SV	01

2 – PROJETO BÁSICO:

2.1. Os projetos básicos serão fornecidos em CD-ROM/pendrive, por e-mail ou através do site da Prefeitura.

2.2. O projeto básico inclui: Mapa de Localização, Levantamento Planialtimétrico, Projeto Geométrico, Projeto de Terraplenagem, Projeto de Drenagem, Projeto de Pavimentação, Projeto de Sinalização, Relatório de Projeto, planilha orçamentária, memorial de cálculo, cronograma físico-financeiro, composição analítica de preços e BDI.



+

ANEXO 02

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

EMPRESA PROPONENTE
LOCAL E DATA

Pela presente submetemos à apreciação de V. Sas. nossa proposta de preços relativa a Concorrência Pública nº 006/2017.

Nosso preço total para execução dos serviços é de R\$ _____ (____ extenso____), conforme detalhado em nossa planilha de preços.

Declaramos que a validade de nossa proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data marcada no edital para abertura do envelope HABILITAÇÃO.

Declaramos que nos preços estarão incluídos todos os encargos, tributos, transporte, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e que os mesmos não poderão sofrer reajustes até o fim de vigência do contrato, bem como todos os outros custos relacionados a serviço de apoio.

Estou ciente das condições de execução dos serviços, tais como, local e prazos para início e conclusão da obra.

Estou ciente que se detectada pela fiscalização da PMI a necessidade de inclusão e/ou substituição de equipamentos e/ou pessoal necessário ao cumprimento do Cronograma, o fato deverá ser registrado no livro diário de obras e a empresa terá até 15 (quinze) dias para atender a solicitação, sob pena de pagamento de multa como prevista no item Penalidade/sanções.

Declaro conhecer o projeto básico e concordo expressamente com sua plena adequação à consecução da obra.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA (PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM) DE RUAS NO DISTRITO DE SÃO JOÃO DO PRÍNCIPE, ATENDENDO AO CONTRATO DE REPASSE Nº 803534/2014 DO MINISTÉRIO DAS CIDADES / CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

LOTE 01 (ÚNICO)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	UNT.	TOTAL
1	Execução de obras de infraestrutura (pavimentação e drenagem) de ruas no Distrito de São João do Príncipe.	SV	01		
VALOR TOTAL DO LOTE – R\$					
VALOR TOTAL POR EXTENSO:					



000061
+

Obs: Deverá ser apresentado a planilha orçamentária da obra.

(Nome e assinatura do responsável legal da Proponente)
(Nome da Proponente)

(Nome e assinatura do engenheiro responsável pela obra)



ANEXO 03

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

EMPRESA PROPONENTE
LOCAL E DATA

ASSUNTO : Credencial de representação para a Licitação nº 006/2017, modalidade Concorrência Pública.

À PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável legal pela Empresa

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____
vem pela presente, informar a V.Sª, que o(a) Sr.º.(ª)
_____, Carteira de Identidade nº _____
_____ (apresentar o original), CPF nº _____, endereço _____, profissão
_____, estado civil, _____, é pessoa autorizada a representar, em todos os atos, a pessoa
jurídica acima citada durante a realização da licitação em epígrafe, podendo para tanto, oferecer novos
lances verbais, transigir, renunciar a recursos, requerer, assinar, enfim, praticar todos os atos referentes
ao certame.

(Nome(s) e assinatura(s) do(s) responsável(eis) legal(is) da Proponente)
(Nome da Proponente)

Obs.: Este documento deverá ter reconhecimento de firma em Cartório.



ANEXO 04

MODELO DA DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE PESSOAL E MATERIAL

Cidade XXXX, de de 2017.

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA - PMI

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ: _____, declara para os fins de participação na licitação nº 006/2017, modalidade Concorrência Pública, que serão garantidas a disponibilização de pessoal técnico e de recursos materiais para a realização do objeto da referida licitação.

(nome e identificação do representante legal)



nnnn69
†

ANEXO 05

**MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO
AO INCISO XXXIII DO ART. 7.º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Cidade XXXX, de de 2017.

À Prefeitura Municipal de Iúna

Concorrência Pública nº 006/2017.

A empresa,, inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no [inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Observação: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

.....

Representante Legal



000070
f

ANEXO 06

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE MOTIVO QUE IMPEÇA ME/EPP DE GOZAR
DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E 147/2014**

(local e data) , de de 2017.

À Prefeitura Municipal de Iúna
Concorrência Pública nº 006/2017.

O licitante CNPJ declara que é(microempresa ou empresa de pequeno porte)....., que não se enquadra em nenhuma das situações previstas no § 4.º do art. 3.º da Lei complementar nº 123/2006 e 147/2014, de modo que pode fruir dos benefícios previstos naquela Lei.

.....

Representante Legal



000007

↑

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 006/2017 NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Iúna/ES torna público que realizará "Concorrência Pública", sob o critério "menor preço global", com regime de execução "empreitada por preço global" para **Contratação de empresa para execução de obras de infraestrutura (pavimentação e drenagem) de ruas no Distrito de São João do Príncipe**, conforme Processo nº 2603/2016, devidamente aprovado pelo Sr. Prefeito Municipal. O certame será realizado pela Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 013/2017 e será regido pela Lei complementar nº 123/2006 e 147/14, Lei nº 8.666/93 e Lei municipal nº 2.123/2008, bem como por demais normas de direito público aplicáveis e pelas regras previstas neste Edital e respectivos anexos, que o integram.

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A Concorrência Pública será realizada em sessão pública, na sala de reuniões de licitações, localizada no primeiro andar do edifício sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Desembargador Epaminondas do Amaral, nº 58, Centro, Iúna-ES, CEP 29.390-000, e os trabalhos serão conduzidos pela Comissão Permanente de Licitação.

1.2. Serão observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos, que seguirão o horário de Brasília:

I – término do prazo para a entrega dos envelopes contendo os documentos de habilitação e proposta de preços: 09h00 do dia 27 de março de 2017;

II – momento de abertura dos envelopes: 09h00;

1.2.1. Depois do horário referido no inciso I do item 1.2, não se admitirá, sob nenhuma hipótese, a apresentação de envelopes por novos licitantes.

1.2.2. Caso a sessão pública não se encerre até as 18 horas, a critério da Comissão de Licitação, o ato poderá ser suspenso e retomado na primeira ocasião disponível, cientificados os licitantes presentes.



nnnn
f

1.3. Os envelopes de habilitação e proposta devem ser autônomos, a serem entregues separadamente a Comissão Permanente de Licitação, e, ainda, devem estar lacrados, rubricados, e conter na parte externa, além da identificação completa do licitante os seguintes dizeres: "Prefeitura Municipal de Iúna – Concorrência Pública nº 006/2017, Envelope 1 – HABILITAÇÃO"; e "Prefeitura Municipal de Iúna – Concorrência Pública nº 006/2017, Envelope 2 – PROPOSTA".

1.3.1. Caso queira, o licitante poderá utilizar o seguinte modelo de etiqueta:

RAZÃO SOCIAL: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
CNPJ: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Prefeitura Municipal de Iúna
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2017
Envelope nº 001 – HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
CNPJ: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Prefeitura Municipal de Iúna
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2017
Envelope nº 002 – PROPOSTA

1.4. Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração – desde que acompanhados, neste último caso, dos originais para conferência, exceto a documentação extraída da INTERNET, hipótese em que a autenticação ocorrerá depois de abertos os envelopes de habilitação, ou por publicação oficial, conforme art. 32 da Lei nº 8.666/93. Não será aceito qualquer protocolo em substituição aos documentos relacionados neste Edital, nem aqueles apresentados através de fax.

1.4.1. Caso o licitante opte pela autenticação por servidor da Administração, a mesma ocorrerá depois de abertos os envelopes de habilitação, conforme subitem 1.2 do edital. Faz-se necessário que o licitante apresente os documentos originais para conferência.

1.4.2. Para as certidões que não expressem os respectivos prazos de validade, reputar-se-ão válidas por sessenta dias, contados de sua emissão, salvo disposição expressa em sentido contrário neste Edital.

1.5. Pedidos de esclarecimento e consultas podem ser formulados até dois dias úteis anteriores à data referida no item 1.2 e deverão ser encaminhados por meio eletrônico (licitacao@iuna.es.gov.br), *fac-símile* (28-3545-4754) ou, ainda, ser feitos pessoalmente junto a Comissão Permanente de Licitação, em dias úteis, das 08 às 11 e de 13 às 17 horas.

1.5.1. Na consulta, deve-se fazer referência ao número do presente Edital.

1.6. Os envelopes dos licitantes que não atenderem às condições de participação de que trata o item 03 deste edital e àqueles entregues a Comissão após o horário estabelecido no subitem 1.2 deste edital,



serão disponibilizados aos interessados para devolução. Se não forem retirados nos 10 (dez) dias subsequentes à sessão pública de abertura dos envelopes contendo a habilitação das empresas, conforme o subitem 1.2 deste edital, a Comissão os inutilizará independentemente de qualquer aviso ou notificação.

1.7. As despesas decorrentes deste certame correrão pela dotação orçamentária:

1.7.1. Do município de Iúna, dotação 090001.1545100163.058.44905100000 – Ficha 334.

1.7.2. Da União, Ministério das Cidades, Nota de Empenho nº 2014NE800745, emitida em 02/06/2014, Unidade Gestora 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120541D730032, Natureza da Despesa 444042.

2 - OBJETO DO CERTAME:

2.1. O presente certame visa a **Contratação de empresa para execução de obras de infraestrutura (pavimentação e drenagem) de ruas no Distrito de São João do Príncipe, atendendo ao Contrato de Repasse nº 803534/2014 do Ministério das Cidades / Caixa Econômica Federal**, conforme características, condições e quantitativos descritos no anexo 1 deste Edital.

2.2. Os serviços deverão ser executados em rigorosa observância aos Projetos, às normas e especificações técnicas vigentes desta Prefeitura Municipal de Iúna e ABNT, obedecendo às condições do Edital e da proposta vencedora.

3 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

3.1. Poderão participar desta Licitação somente Empresários, Individuais Ou Coletivos, que desenvolvam as atividades objeto desta licitação, devidamente registradas no CREA e que atendam as exigências deste Edital.

3.2. Não podem participar do certame interessados que se enquadrem em ao menos uma dessas situações:



- I – estejam constituídas na forma de consórcio;
- II – estejam cumprindo as sanções previstas no art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93 aplicadas pela Prefeitura Municipal de Iúna;
- III – estejam cumprindo a pena prevista no art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, imposta pela Prefeitura Municipal de Iúna ou por qualquer outro ente da Administração Pública nacional, direta ou indireta;
- IV – estejam sob falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação;
- V – não cumpram o disposto no art. 7.º, inciso XXXIII, da Constituição da República;
- VI – estejam enquadradas nas situações previstas nos incisos do art. 9.º da Lei nº 8.666/93 ou no art. 90 da Lei Orgânica Municipal, em especial:
- a) que seja ou tenha em seus quadros societários ou como dirigente, administrador ou gerente servidor municipal efetivo, contratado, comissionado, eletivo ou temporário;
 - b) o autor do projeto básico ou executivo;
 - c) a empresa que tenha o autor do projeto como dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de cinco por cento do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado – ressalvado o disposto no art. 9.º, § 1.º, da Lei nº 8.666/93;
- VII – não cumpram os requisitos de habilitação.
- VIII – Possuir em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

3.3. A só participação nesta licitação, que se dá mediante a apresentação dos envelopes de habilitação e proposta, implica a concordância expressa do licitante com todos os termos deste edital, bem como de todos seus anexos, de modo que as ressalvas oposta implicarão inabilitação ou desclassificação, a depender do caso.

4 - CREDENCIAMENTO



nnnn75
+

4.1. Para fins de credenciamento junto à Comissão de Licitação, o proponente poderá enviar um representante munido de documento que o credencie à participação (Procuração ou Carta Credencial), respondendo o mesmo pelo representado.

4.2. O credenciamento ocorrerá na data, local e horário mencionados no item 1.2.

4.3. Para a efetivação do credenciamento o representante do proponente exhibirá à Comissão de Licitação qualquer DOCUMENTO OFICIAL COM FOTO com um original da CARTA DE CREDENCIAMENTO (ANEXO 03 – COM FIRMA RECONHECIDA) que o autorize a participar especificamente desta licitação ou PROCURAÇÃO COM FIRMA RECONHECIDA, que o autorize a responder pelo proponente, firmar declarações, desistir ou apresentar recurso, assinar a ata e praticar todos os demais atos pertinentes ao presente certame em nome do proponente.

4.4. Para efetivação do Credenciamento é OBRIGATÓRIA a apresentação de cópias dos documentos referidos no item 4.4.1. pertinentes à forma de constituição do licitante, a fim de comprovar se o outorgante do instrumento procuratório ou da carta credencial possui poderes para tanto.

4.4.1. Para efeito de atendimento ao subitem 4.4. A HABILITAÇÃO JURÍDICA COMPREENDE:

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e seus termos aditivos ou contrato consolidado em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade empresária, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores, ou Registro Comercial no caso de empresário individual.

b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

4.4.1.1. A Habilitação Jurídica é necessária para aferir se a atividade desenvolvida pelo empresário é adequada ao cumprimento do objeto descrito no item 2.1.



nnnn76

+

4.4.2. Caso o proponente não esteja presente à Sessão Pública, deverá enviar a documentação referida no item 4.4.1, devidamente autenticada, dentro do envelope nº 1 (HABILITAÇÃO)

4.4.3. Na hipótese do proponente estar presente à Sessão Pública, a documentação referente ao subitem 4.4.1 do edital poderá ser dispensada no envelope nº 1 (HABILITAÇÃO), caso em que os documentos devem ser apresentados no ato do credenciamento.

4.4.4. O empresário individual e o diretor ou sócio de pessoa jurídica que comparecerem à sessão de abertura dos envelopes são dispensados de apresentar Carta de Credenciamento ou Procuração, desde que estes últimos tenham poderes para administrar a sociedade, condição essa que será comprovada por meio da apresentação dos documentos de que trata o item 4.4.1, conforme o caso.

4.5. O não cumprimento do item 4.1 ou da parte final do item 4.4.4, não acarretará à inabilitação do licitante, podendo, se atendidas as exigências deste Edital, competir em igualdade de condições, porém a pessoa será mera portadora dos envelopes, sem direito a voz, a voto ou a responder pelo licitante.

4.6. Os documentos referentes ao credenciamento de representantes deverão ser apresentados fora dos envelopes "01" -habilitação e "02" proposta de preços.

5 - DOCUMENTAÇÃO

5.1. A habilitação dos licitantes depende da apresentação, no "envelope 1 – Habilitação", da documentação referida nos itens seguintes, que digam respeito às respectivas realidades organizacionais.

5.1.1. A habilitação jurídica dependerá da apresentação de:

I – registro comercial, no caso de empresário individual;

II – ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus termos aditivos ou contrato consolidado em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores;



0000077

T

III – Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a diretoria em exercício;

IV – Decreto de autorização, caso se trate de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.1.1. Caso a documentação referida no item 5.1.1. tenha sido apresentada para fins de credenciamento, não é preciso incluí-la no "envelope 1 – Habilitação".

5.1.2. **A qualificação técnica dependerá da apresentação de:**

I - Declaração da licitante de que serão garantidas a disponibilização de pessoal técnico e de recursos materiais para a realização do objeto da licitação **(Anexo 04);**

II - **Comprovação do registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU;**

III - **Comprovação de capacidade técnico-profissional: comprovação de que o responsável técnico indicado para a execução do contrato detém atestado de responsabilidade técnica pela execução de obra ou serviço com as características abaixo informadas, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados (os atestados) no CREA:**

1 – Execução de rede de drenagem pluvial em tubo de concreto qualquer diâmetro;

2 – Execução de pavimentação em blocos intertravados de concreto de qualquer tipo (bloket sextavado, pav's ou similar) e/ou pavimentação em paralelepípedos;

3 – Execução de meio fio de concreto;

4 – Escavação mecanizada de valas;

5 – Reaterros de cavas de vala compactado.

IV - **Indicação do responsável técnico pela execução do contrato mediante comprovação de seu vínculo por previsão em seu ato constitutivo, registro na carteira profissional, contrato de trabalho, ficha de empregado, contrato de prestação de serviço ou, ainda, declaração de que disporá do profissional por ocasião da assinatura do contrato.**

5.1.2.1. A empresa licitante de outro estado que sagrar-se vencedora do certame, deverá possuir visto



do CREA do Estado do Espírito Santo como exigência para assinatura do contrato.

5.1.2.2. Os atestados de capacidade técnica podem ser substituídos pela apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitido pelo CREA.

5.1.3. A qualificação econômica - financeira dependerá da apresentação de:

5.1.3.1. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da Comarca em que estiver sediado o licitante.

5.1.3.1.1. Caso o objeto do contrato venha a ser executado por filial, deve-se também apresentar a certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial em seu favor, sem prejuízo da relativa à matriz.

5.1.3.1.2. Caso esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá o licitante apresentar certidão emitida pelo órgão jurisdicional competente que ateste que está apto econômica e financeiramente a execução o objeto licitado, bem como encaminhar a documentação eu permita aferir sua real situação.

5.1.3.1.3. Mesmo na situação do item 5.1.3.1.2., não fica o licitante dispensado de apresentar a certidão prevista no item 5.1.3.1., ainda que positiva.

5.1.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados *na forma da lei*, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA –IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir.

5.1.3.2.1. Serão considerados aceitos, como *na forma da lei*, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima): Publicados em Diário Oficial; ou publicados em jornal de grande circulação; ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

b) Sociedades por Cota de Responsabilidade Limitada (Ltda): por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou



domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou fotocópia do balanço e das demonstrações contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede do domicílio da licitante;

c) Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1.996 Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES": por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede do domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

d) Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

5.1.3.2.2. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão ser assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registradas no Conselho Regional de Contabilidade.

5.1.3.3. A boa situação financeira será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente(LC), resultante da aplicação das seguintes fórmulas, desde que o resultado seja igual ou superior a 1,0:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

5.1.3.3.1. Caso necessário, a Comissão reserva-se o direito de efetuar os cálculos;

5.1.3.3.2. Se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

5.1.3.4. Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços



provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste certame.

5.1.4. A regularidade fiscal e trabalhista depende da apresentação dos seguintes documentos:

I – prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

II – prova de regularidade com a Fazenda Pública Federal;

III – prova de regularidade com a Fazenda Pública do Estado em que sediado o licitante;

IV – prova da regularidade com a Fazenda Pública do Município em que sediado o licitante;

V – prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

VI – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

5.1.4.1. As certidões de que trata o item 5.1.4 deverão se referir ao mesmo CNPJ exposto na proposta do licitante.

5.1.4.2. Caso o objeto do contrato venha a ser executado por filial, deve-se também apresentar as certidões referidas no item 5.1.4 em seu favor, sem prejuízo das relativas à matriz.

5.1.4.3. Aos licitantes enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte que não gozem de regularidade fiscal será facultada a regularização na forma do § 1.º do art. 43 da Lei complementar nº 147/2014.

5.1.5. A habilitação do licitante depende da apresentação de declaração de que cumpre o inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição da República (anexo 5).

5.1.6. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem usufruir integralmente das benesses previstas nos artigos 42 a 45 da Lei complementar nº 123/2006 deverão comprovar essa condição por meio de declaração de que não paira sobre o licitante nenhum dos impedimentos previstos no § 4.º do art. 3.º da Lei complementar nº 123/2006 (anexo 6) e ainda:



nnnn81

+

I – comprovante de opção pelo Simples obtido através do *site* do Ministério da Fazenda; ou

II – se não optante do Simples, mediante documento expedido pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, em que se ateste a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.1.7. O licitante poderá deixar de apresentar parte dos documentos de habilitação se tiver Certificado de Registro Cadastral (CRC), expedido na forma do anexo 7, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes.

5.1.7.1. Os documentos referidos no CRC, desde que dentro dos respectivos prazos de validade, não precisam ser reapresentados no “envelope 1 – Habilitação”.

5.1.7.2. Os documentos não referidos no CRC do licitante que sejam necessários para a habilitação nesta licitação – ou que, apesar de referidos, estejam vencidos – devem ser apresentados dentro do “envelope 1 – Habilitação”.

5.1.7.3. O licitante que quiser utilizar o CRC deverá apresentá-lo no “envelope 1 – Habilitação” acompanhado de declaração de inexistência de fato superveniente à expedição do CRC que impeça sua participação no certame (anexo 08) e, ainda, a documentação a que se refere o item 5.1.7.2.

5.1.7.4. A apresentação de CRC não exige o licitante que queira credenciar representante de cumprir fielmente os trâmites previstos nos item 4 - credenciamento.

5.1.8. O licitante deverá informar, na forma do anexo **09 (DECLARAÇÃO DE RELAÇÃO DE PARENTESCO)**, eventual relação matrimonial, de união estável ou de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, entre o próprio licitante (se pessoa natural), seus sócios, dirigentes, administradores ou gerentes, com qualquer servidor público do Município de Iúna ocupante de cargo eletivo, comissionado, efetivo, temporário ou contratado.

5.1.9. A existência da relação prevista no item 5.1.8 não impede a participação do licitante no certame, porém deve ser informada para fins de controle.



5.1.10. Caso haja o vínculo referido no item 5.1.8, promover-se-á, logo que possível, a disponibilização de tal informação no *site* da Prefeitura Municipal de Iúna (www.iuna.es.gov.br), no *link* pertinente à presente licitação, franqueado o acesso público.

5.1.11. Se o vínculo de parentesco, união estável ou matrimônio estiver estabelecido com membro da Comissão Permanente de Licitação, o servidor se afastará dos trabalhos de assessoramento assim que descoberto o fato, o que deverá constar nos autos.

5.1.12. A omissão de eventual relação prevista no item 5.1.8 levará à aplicação ao licitante de multa de 0,5% (meio por cento) do valor de sua proposta e, se caracterizada má-fé, a pena cominada no item 9.1.3.

6 - PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A proposta será apresentada no "envelope 2 – Proposta" a ser formulada conforme modelo referido no anexo 2 em uma via, digitada ou datilografada, que contenha a identificação do licitante (Razão Social e CNPJ), datada, assinada e se possível carimbada por seu representante legal, sem emendas, rasuras ou entrelinhas.

6.1.1. A proposta consignará, ainda, o seguinte:

I – discriminação do objeto ofertado conforme especificações e condições previstas no anexo 1;

II – validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias – contados da data marcada para abertura da licitação;

III – quantidade e preço unitário, vedada a oferta de quantidade inferior, devendo o preço unitário ser cotado em Real com utilização de até duas casas decimais após a vírgula (R\$X,XX). O valor total deverá vir redigido por extenso.

6.1.2. O licitante deve indicar os preços unitários e totais de cada um dos itens relacionados na planilha orçamentária.



6.1.3. Em eventual divergência entre a indicação numérica do preço e sua referência por extenso, prevalecerá este último.

6.2. O preço ofertado incluirá todos os custos inerentes à contratação, dentre eles as despesas, inclusive com materiais, equipamentos, mão de obra com os respectivos encargos sociais e administrativos, sinalização, consumo de água e energia elétrica, combustíveis, material de expediente, depreciação de equipamentos, lucro *etc.* Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todos os serviços.

6.3. A proposta deve vir assinada ao final e ter todas as folhas rubricadas pelo representante legal e engenheiro responsável pela obra.

6.4. A proposta ou os seus itens serão desclassificados se não atenderem as normas e exigências deste edital.

6.5. Não será considerada nenhuma oferta ou vantagem baseada nas propostas dos demais licitantes, ou não previstas neste edital.

6.6. As propostas deverão trazer as expressões contidas no Anexo 01, evitando sinônimos técnicos ou omissões referentes à especificação do objeto.

6.7. Não serão aceitas propostas parciais (quantidade inferior) com relação a cada item.

6.8. Serão desclassificadas as propostas desconformes ou incompatíveis, com preços simbólicos, irrisórios ou negativos, observados os critérios do Art. 48, II e §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93, bem como as que consignem preços superiores aos praticados no mercado.

6.9. A licitante deverá apresentar junto com a proposta de preços o Cronograma Físico-Financeiro nos termos do projeto executivo anexo 01, respeitando os percentuais definidos para desembolso no Cronograma de referência.

6.10. Todas as licitantes deverão apresentar, como parte integrante de suas propostas, composição analítica do BDI (bonificação e despesas indiretas) – anexo 01.



nnnn84

T

6.11. Na formulação de sua proposta, pode o licitante utilizar custos unitários diversos dos referidos na planilha de custos referenciais, mas o preço unitário, global e o valor de cada uma das etapas de medição indicadas na proposta não podem ser superiores aos previstos nos anexos 01 (planilha de preços e cronograma).

6.12. Os preços global e unitários máximos são os da planilha de custos referenciados prevista no anexo 01.

6.12.1. As propostas que consignarem preços unitários ou global superiores aos previstos na planilha de custos referenciados serão desclassificadas.

7 - JULGAMENTO

7.1. Os documentos retirados do envelope "HABILITAÇÃO" serão rubricados pela Comissão Permanente de Licitação e em seguida pelos licitantes presentes, permitindo-se aos interessados o exame do mesmo no local.

7.2. A Comissão Permanente de Licitação verificará a documentação dos envelopes "HABILITAÇÃO" de todas as empresas licitantes.

7.3. Caso a Comissão julgue conveniente, a seu exclusivo critério, poderá suspender a qualquer uma das sessões a fim de que tenha melhores condições para analisar a documentação apresentada, marcando nova data e horário em que voltará a se reunir para dar continuidade aos trabalhos.

7.4. O não comparecimento de proponentes a qualquer das reuniões designadas pela Comissão, não impedirá sua realização.

7.5. É facultado à comissão ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar à instauração do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deverá constar originariamente nos envelopes de habilitação e proposta.



nnnn85

†

7.6. O resultado da HABILITAÇÃO será comunicado aos licitantes após o encerramento desta primeira fase dos trabalhos, o que poderá ocorrer na mesma data da abertura dos respectivos envelopes ou em nova data, a ser definida pela CPL.

7.7. Havendo renúncia expressa de todos os licitantes a qualquer recurso contra o julgamento da HABILITAÇÃO, a CPL procederá à verificação das "PROPOSTAS DE PREÇOS" dos licitantes habilitados, que serão analisadas após o encerramento dos procedimentos relativos àquela fase. Caso contrário, serão observados os prazos legais para interposição de recursos.

7.8. Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes e abertas as propostas, não cabe desclassificá-los por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.9. Para o julgamento da presente licitação será adotada o critério do tipo menor preço global do lote.

7.9.1. O licitante deve indicar os preços unitários e totais de cada um dos itens relacionados na planilha orçamentária.

7.10. Além dos requisitos exigidos no item 6 deste edital, a proposta de preços será julgada pela Comissão de Licitação respeitando os critérios dos subitens seguintes.

7.11. A análise de julgamento das propostas será realizada em duas fases:

7.11.1. FASE ELIMINATÓRIA – serão desclassificadas as propostas que:

I – estiverem incompletas, isto é, não contiverem informações suficientemente claras de forma a permitir a perfeita identificação do serviço licitado.

II – contiverem qualquer limitação ou condição divergente do presente Edital de Licitação.

III – preços ou vantagens baseadas em proposta (s) de outra (s) Empresa (s).

IV - desconformes ou incompatíveis, com preços simbólicos, irrisórios ou negativos.

V – Contenham vantagens não previstas neste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA

COMPROVANTE DE DESPACHO

000086

J

ORIGEM

Local (Setor) **SETOR DE PROTOCOLO**

Remessa Nº **000059291**

Responsável **NATASHA RUBYA MATOS DE SOUZA**

Data e Hora **12/04/2017 15:31:54**

Despacho **ENCAMINHO OS AUTOS AO SETOR DE LICITAÇÃO PARA ANÁLISE E POSTERIOR DELIBERAÇÃO.**

IÚNA, 12 de abril de 2017

NATASHA RUBYA MATOS DE SOUZA
SETOR DE PROTOCOLO

PROTOCOLO(S)

Processo, REQUERIMENTO Nº 001488/2017 - Externo
A EMPRESA AVANCI & AZEVEDO LTDA
RECURSO ADMINISTRATIVO - <não definido>

RECURSO ADMINISTRATIVO

RECEBIMENTO

Local (Setor) **SETOR DE LICITAÇÃO**

Responsável _____

IÚNA, ___ / ___ / _____

SETOR DE LICITAÇÃO